

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

ANGÉLICA SERVEGNINI DE WALLAU

**MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO: VIVÊNCIAS EM
AGROECOLOGIA DE AGRICULTORAS CAMPONESAS NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2021

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

ANGÉLICA SERVEGNINI DE WALLAU

**MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO: VIVÊNCIAS EM
AGROECOLOGIA DE AGRICULTORAS CAMPONESAS NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2021

ANGÉLICA SERVEGNINI DE WALLAU

**MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO: VIVÊNCIAS EM
AGROECOLOGIA DE AGRICULTORAS CAMPONESAS NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josiane Carine Wedig

PATO BRANCO

2021

WALLAU, Angélica Servegnini de

Meu quintal é meu laboratório: vivências em agroecologia de agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná / Angélica Servegnini de Wallau.

Pato Branco. UTFPR, 2021
77 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Prof.^a Dr.^a Josiane Carine Wedig

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. Pato Branco, 2021.

Bibliografia: f. 65– 75

1. Agronomia. 2. Mulheres agricultoras camponesas. 3. Agroecologia. 4. Gênero. 5. Agriculturas. 6. Alimentação. I. Wedig, Josiane Carine, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. IV. Título.

CDD: 630



TERMO DE APROVAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO: VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA DE AGRICULTORAS CAMPONESAS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Por

Angélica Servegnini de Wallau

Monografia defendida em sessão pública às 14 horas 00 min. do dia 13 de agosto de 2021 como requisito parcial, para conclusão do Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos Membros abaixo-assinados. Após deliberação e conferidas, bem como achadas conforme, as alterações indicadas pela Banca Examinadora, o Trabalho de Conclusão de Curso, em sua forma final, pela Coordenação do Curso de Agronomia foi considerado APROVADO.

Banca examinadora:

M.Sc. Renata Borges Kempf - PPGMADE UFPR - Doutoranda

Prof. Dr. Thiago de Oliveira Vargas - UTFPR *Campus* Pato Branco

Prof.^a Dr.^a Josiane Carine Wedig - UTFPR *Campus* Pato Branco - Orientadora

Prof. Dr. Jorge Jamhour - Professor responsável TCC 2

A “Ata de Defesa” e o decorrente “Termo de Aprovação” encontram-se assinados e devidamente depositados no SEI-UTFPR da Coordenação do Curso de Agronomia da UTFPR *Campus* Pato Branco, após a entrega da versão corrigida do trabalho, conforme Norma aprovada pelo Colegiado de Curso.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de conclusão de curso nunca é uma conquista individual, é antes de tudo fruto de um sonho plantado e regado por inúmeras pessoas que conhecemos e nos sustentaram durante a jornada.

Por me receberem e me concederem a oportunidade de escutar suas vivências, agradeço a todas as mulheres agricultoras camponesas que participaram desta pesquisa.

A minha orientadora Josiane Carine Wedig, que me acolheu e acreditou nos meus projetos (muitos), agradeço a paciência, compreensão, serenidade e o afeto, muito obrigada pela orientação, pelas trocas, conversas e por estar sempre presente.

A banca examinadora, Renata Borges Kempf e Thiago de Oliveira Vargas, agradeço a leitura atenta e as preciosas contribuições.

Aos meus professores da graduação, em especial a Luis César Cassol, por trazer poesia a engenharia, a Miguel Angelo Perondi e Hieda Maria Pagliosa Corona, pela generosidade das palavras e dos exemplos, e a Thiago de Oliveira Vargas, por me abrir as portas da agroecologia, obrigada.

A minha família e amigos, agradeço por entenderem as minhas ausências e sempre estarem perto.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, educação pública e de qualidade, por ser um local de realização de sonhos e construção de possibilidades.

“Somos a rocha porosa no metate de pedra
agachadas no chão.
Somos o rolo compressor, el maíz y agua,
la masa harina. Somos el amasijo.
Somos lo molido en el metate.
Somos o comal fervente,
a tortilla quente, a boca faminta.
Somos a rocha bruta.
Somos o movimento de moer,
a poção misturada, somos el molcajete.
Somos o pilão, o comino, ajo, pimenta,
Somos o chile colorado,
o broto verde que rompe a rocha.
Nós persistiremos.”
(Gloria Anzaldúa)

RESUMO

WALLAU, Angélica Servegnini de. “Meu quintal é meu laboratório”: Vivências em agroecologia de agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná 77 f. TCC (Curso de Agronomia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2021.

Este estudo analisou as vivências em agroecologia de agricultoras camponesas no Sudoeste Paranaense, região Sul do Brasil. A pesquisa realizada é qualitativa, por meio do método de história de vida tópica, desenvolvida através de observação participante e de entrevistas semiestruturadas. As interlocutoras foram sete agricultoras camponesas, envolvidas com a agroecologia e inseridas nos espaços de produção, socialização e comercialização, em um circuito de quatro feiras livres. Destaca-se como resultado que, em relação aos papéis sociais de gênero, todas as mulheres são atravessadas por hierarquizações e deslegitimações estruturais do modelo patriarcal na agricultura. Os relatos demonstraram que, na maioria dos casos, são as mulheres as maiores entusiastas e as que iniciaram o trabalho com a agroecologia, e quando não são, isso se deve, principalmente, à sobrecarga em virtude do aumento da jornada de trabalho sem a realização da divisão sexual do trabalho na família. Quando observado, na trajetória das interlocutoras, a venda da propriedade rural ou as inquietações causadas pela iminente saída de um dos sucessores da propriedade e da atividade produtiva, são decisões masculinas que colocam fim à produção agroecológica. Ressalta-se que, a partir da adesão à agroecologia, ocorreram modificações que resultaram no reconhecimento do trabalho e no protagonismo das interlocutoras, propiciando maior autonomia e alterando alguns dos modelos e as expectativas de seus pais, maridos, irmãos, companheiros e filhos. No entanto, ainda são os homens que estão nos espaços públicos de comercialização e de capacitação técnica.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras camponesas. Agroecologia. Gênero. Agriculturas. Alimentação.

ABSTRACT

WALLAU, Angelica Servegnini de. "My backyard is my laboratory": experiences in agroecology of peasant women farmers in the Southwest of Paraná. 77 f. TCC (Course of Agronomy) - Federal University of Technology – Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2021.

This study analyzed the experiences in agroecology of female peasant farmers in the Southwest of Paraná, Southern Brazil. The research carried out is qualitative, through the method of topical life history, developed through participant observation and semi-structured interviews. The interlocutors were seven peasant farmers, involved with agroecology and inserted in the spaces of production, socialization and commercialization, in a circuit of four open fairs. It is noteworthy as a result that, in relation to social gender roles, all women are crossed by hierarchies and structural delegitimization of the patriarchal model in agriculture. The reports showed that, in most cases, women are the most enthusiastic and the ones who started working with agroecology, and when they are not, this is mainly due to the overload due to the increase in the workday without the accomplishment the sexual division of work in the family. When observed, in the interlocutors' trajectory, the sale of rural property or the concerns caused by the imminent departure of one of the successors of the property and productive activity, are male decisions that put an end to agroecological production. It is noteworthy that, from the adherence to agroecology, there were changes that resulted in the recognition of the work and the leading role of the interlocutors, providing greater autonomy and changing some of the models and expectations of their fathers, husbands, brothers, partners and children. However, it is still men who are in public spaces for marketing and technical training.

Keywords: Women peasant farmers. Agroecology. Gender. Agricultures. Food.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Feira de produtos orgânicos (FEPOULT) na UTFPR, <i>campus</i> Pato Branco.....	34
Figura 2 – Feira de produtos orgânicos (FEPOULT) na UTFPR, <i>campus</i> Pato Branco.....	35
Figura 3 – Feira Livre de Agrotóxicos da UNIOESTE, <i>campus</i> Francisco Beltrão.....	35
Figura 4 – Feira Ecológica da Cango de Francisco Beltrão.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação das entrevistadas.....	37
---	----

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COOPAFI	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada
COOPERVEREDA	Cooperativa de Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná
CPRA	Centro Paranaense de Referência de Agroecologia
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FACIBEL	Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
FEPOULT	Feira de Produtos Orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
IAPAR	Instituto Agropecuário do Paraná
IDR-PR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
INCA	Instituto Nacional do Câncer
LMR	Limite Máximo de Resíduos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAC	Organismo de Avaliação da Conformidade
OCS	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG	Sistema Participativo de Garantia
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
UNC	Universidade do Contestado
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 GERAL.....	14
2.2 ESPECÍFICOS.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 A CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO..	15
3.2 A AGROECOLOGIA COMO MODO DE VIDA E DE AGRICULTURAS.....	20
3.3 AS MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA.....	25
3.4 O CIRCUITO DE FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E AS CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	30
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 LÓCUS DE PESQUISA.....	34
4.2 COLETA DE DADOS.....	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
5.1 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA.....	42
5.2 “O QUE ENTENDO POR AGROECOLOGIA NÃO OLHEI NUM DICIONÁRIO”: OS SIGNIFICADOS DA AGROECOLOGIA.....	49
5.3 “MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO”: DIVERSIDADE PRODUTIVA E ALIMENTAR.....	51
5.4 VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo analisa, a partir das relações sociais de gênero, como a agroecologia é vivenciada por mulheres agricultoras camponesas (Nesta pesquisa, filiando-me à Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2004), ao entender que a agricultura familiar constrói sua história também permeada por lutas e resistências, e as vivências ultrapassam os limites das classificações teóricas, opto pela utilização dos termos “agricultora” e “camponesa” com equivalente sentido.) e como ela influencia na transformação das relações de poder no espaço rural. A pesquisa utilizou a abordagem da história de vida tópica para identificar de que maneira os saberes e práticas agroecológicas compõem a vida dessas mulheres, e suas relações com a natureza, a alimentação e a saúde.

A descoberta da agricultura é um dos acontecimentos mais importantes da história humana, resultado de adaptações, experimentações e repetições na coexistência dos seres humanos com os ecossistemas. Estamos aqui falando de uma temporalidade longa, de aproximadamente 12.000 anos (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Por sua vez, o atual modelo agrícola e agrário – da modernidade capitalista patriarcal –, bem como os conceitos e projetos que o sustentam, fazem parte de uma visão de mundo específica, que foi inaugurada com a colonização das Américas e se tornou hegemônica desde então, sendo intensificada após a Segunda Guerra Mundial, através da Revolução Verde. No Brasil, o modelo de desenvolvimento do campo – pautado na monocultura, no latifúndio, na escravização e na precarização do trabalho – foi inaugurado com as plantations, apropriando-se das terras dos povos indígenas e desprezando seus conhecimentos ancestrais de agriculturas.

A perspectiva agroecológica, que nasce nos anos 1970, como oposição ao modelo de agricultura moderna que se dissemina no mundo a partir da década de 1960 (SILIPRANDI, 2015), é ciência, prática agrícola e movimento social constituída por um conjunto de conhecimentos de agriculturas que visa reestabelecer o vínculo natureza-sociedade (WEZEL *et al.*, 2009). Esse vínculo foi rompido pelo sistema de

saber e de poder moderno, que colocou os seres humanos ao centro, através do excepcionalismo, e a natureza como recurso a ser convertido em capital.

Visando construir relações mais simétricas, a agroecologia é uma proposta de vida e agricultura que vislumbra romper com o modelo patriarcal de sociedade e da agricultura industrial, visibilizando e valorizando o trabalho realizado pelas mulheres agricultoras camponesas. Grande parte da produção de alimentos, no mundo, é realizada por mulheres que, através de seus saberes e conhecimentos dos sistemas alimentares, desempenham papel fundamental na sustentabilidade. Além disso, são elas as responsáveis por grande parte do trabalho realizado nos sistemas locais, contribuindo para a economia e, também, para a soberania e segurança alimentar dos lugares (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Segundo Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), no Brasil, as mulheres estiveram presentes e protagonizaram a construção da agroecologia: elas são a base da agricultura familiar, são as responsáveis diretas por iniciar e divulgar as experiências com agroecologia, estão presentes na pesquisa acadêmica, trabalham na assistência técnica e estão envolvidas nos mais diversos espaços em que se constrói a agroecologia. Entretanto, o seu saber-fazer e a sua presença na história da agroecologia são invisibilizados pelo olhar hegemônico e patriarcal e seus paradigmas dominantes (PRÉVOST, 2019).

Dessa maneira, considerando as intrínsecas relações existentes entre as mulheres e a agroecologia, este estudo – realizado a partir de observação participante e entrevistas com roteiro semiestruturado – está organizado em seis tópicos: a introdução, os objetivos geral e específicos, o referencial teórico, a metodologia, a análise dos resultados e as considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar as vivências de agricultoras camponesas com a agroecologia no Sudoeste Paranaense.

2.2 ESPECÍFICOS

Identificar as mudanças introduzidas pelas práticas e pelos saberes agroecológicos na vida e na rotina das famílias;

Verificar as relações entre agroecologia e a diversidade produtiva e alimentar das famílias camponesas;

Averiguar se as vivências em agroecologia (re)configuram relações sociais de gênero.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para refletir sobre as vivências em agroecologia de agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná, cabe apresentar, inicialmente, algumas reflexões teóricas e conceituais que embasam esta pesquisa. Nesse sentido, na primeira seção, apresentamos considerações sobre a consolidação do capitalismo no campo e a percepção hegemônica da agricultura e da alimentação, que tem reflexos nas relações culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas da produção e do consumo de alimentos. Na segunda seção, apresentamos uma análise sobre a agroecologia, enquanto alternativa de enfrentamento à modernidade e à modernização agrícola, e como possibilidade para a construção de vidas e agriculturas. Na terceira seção, dedicamo-nos a discorrer sobre as mulheres agricultoras camponesas e as suas relações com a agroecologia, refletindo sobre as continuidades e as rupturas vivenciadas. Por fim, na quarta seção, discorreremos sobre as cadeias curtas de abastecimento de alimentos e os espaços de sociabilidade, partilha e comercialização das feiras da agricultura familiar camponesa.

3.1 A CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

O surgimento e a constituição das agriculturas (no plural, pois são muitas e diversas) variaram no tempo e no espaço, com suas especificidades e utilizando diferentes técnicas de cultivo e manejo, diversas espécies de plantas e de animais, com objetivos alimentares, ecológicos e econômicos distintos e em constante transformação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

As agriculturas são um fenômeno que se desenvolveu há aproximadamente 10 mil anos, período em que o *Homo sapiens* direcionou tempo e energia na domesticação de plantas que foram incorporadas às suas casas para atender às necessidades alimentares humanas, através da coleta, transporte e cultivo de espécies, seguidos por manejo e amplo conhecimento sobre os ciclos de vida das plantas (LINS NETO *et al.*, 2014).

França e Gomes (2008, p. 12-13) ressaltam que foi o “silencioso trabalho de coletores e de camponeses, de populações indígenas e de agricultores de todos os tipos – cada um deles interpretando os sinais da natureza e usando estratégias próprias de determinado contexto histórico e cultural” que nos levou ao que hoje conhecemos por plantas cultivadas. Para os autores, “possivelmente alguém tenha enterrado a sobra de alguma refeição – na forma de sementes ou de grãos – tentando com isso preservá-la ou para o futuro, ou para um momento de privação” (FRANÇA; GOMES, 2008, p. 12-13).

Nesse contexto, o processo de cultivar as sementes transformou completamente a organização social, a forma de acesso e a disponibilidade de alimentos, culminando com o surgimento da agricultura, não de um único ponto, mas de vários lugares do globo terrestre (LINS NETO *et al.*, 2014).

Para refletir sobre a construção hegemônica da agricultura e da alimentação, enfatizamos dois contextos históricos que são especialmente importantes: a modernidade e a ascensão do capitalismo no campo, inaugurada com a colonização das Américas e intensificado após a Segunda Guerra Mundial por intermédio da Revolução Verde e de projetos de modernização agrícola.

A expansão marítima da Europa Ocidental no século XV, através de expedições de descobrimento e espoliação, deu força ao mercantilismo global, difundindo o sistema capitalista e instituindo a modernidade. A América foi o espaço onde ocorreu, inicialmente, a implementação do sistema-mundo colonial moderno (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005). Desse modelo resulta “uma estrutura ou matriz de poder colonial que parte dos interesses do capitalismo como marco da modernidade e que cruza praticamente todos os âmbitos da vida” (WALSH, 2008, p. 135, tradução nossa). Assim, em um processo de colonialidade – do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005), do gênero (LUGONES, 2014) e da natureza (WALSH, 2008) – se forja não só um arranjo colonial do mundo, mas a concepção de superioridade, civilidade e racionalidade de indivíduos e instituições que, segundo Mignolo (2013), se auto reconhecem como o centro do mundo e impõem a todos os demais povos seus projetos coloniais e imperialistas de modernização e desenvolvimento.

Na Europa, as terras convertidas em bens privados resultaram em cercamentos que retiraram povos camponeses de seus territórios de uso comum e destruíram suas conexões com o local e com as práticas de agricultura, especialmente das mulheres (STENGERS 2015). As terras foram transformadas em mercadoria, passíveis de monetarização e comercialização, subsidiando a formação da burguesia e impulsionando a revolução industrial. Na América, o sistema de exploração colonial foi instituído através das *plantations* para a agricultura, modelo predatório em que monoculturas são produzidas em larga escala, em latifúndios, por pessoas escravizadas e com produção destinada, quase que exclusivamente, ao comércio externo nas metrópoles europeias.

Federici (2017) declara que a perseguição às mulheres na Europa – que chamadas de bruxas foram torturadas e queimadas vivas em fogueiras, sendo seus corpos e conhecimentos eliminados – tem relação direta com a colonização e extermínio das populações de América e a escravização dos povos de África. Em todos os casos, mesmo que com diferentes objetivos, os corpos foram violados, mortos ou apropriados pelo capital. Tanto na Europa, com o controle dos saberes e a apropriação do trabalho feminino, quanto na América e África, com a expropriação dos territórios, o extermínio e a escravização de povos. Através dessas ações, o Estado impulsionou a ascensão do modelo capitalista no mundo.

Nesta conjuntura de invisibilização e desvalorização de outras formas de estar e se relacionar no mundo que não a hegemônica, de descredibilização de outras ontologias e epistemologias que não a dominante, a Ciência Moderna (Isabelle Stengers (2017) diferencia a Ciência, com “C” maiúsculo e no singular, das ciências experimentais, com “c” minúsculo e no plural, indicando ser aquela, vinculada à ideia de uma racionalidade científica hegemônica, fruto do processo de colonização e de experimentações que permitem que aquilo que se é questionado coloque dúvida sobre as próprias perguntas, diferenciando as perguntas relevantes das unilateralmente impostas.) se consolidou como um saber seguro. Amparada no método e na racionalidade, tendo como origem o surgimento do pensamento cartesiano, e impulsionada pela ascensão do capitalismo, a tecnificação industrial posta à disposição do mercado adentrou, também, na agricultura.

As duas guerras mundiais do século XX, especialmente a segunda, representaram um momento de reorganização da geopolítica e novas diretrizes para a economia mundial. O modelo de desenvolvimento capitalista se reafirmou e se intensificou nesse contexto de reestruturação, buscando mercados de consumo para os produtos da indústria química da guerra. Com isso, o projeto de modernização da agricultura, conhecido por Revolução Verde, foi financiado pelos Estados e idealizado por entes privados como a Rockefeller e a Ford (TOTA, 2017; SILVA 2013).

A adesão ao pacote tecnológico da Revolução Verde foi favorecida por políticas de incentivo governamental de países desenvolvidos (MAZOYER; ROUDART, 2010) e se disseminou com o apoio técnico e financeiro de instituições internacionais e do Estado, tais como: empresas de insumos agrícolas, centros de pesquisa, bancos de desenvolvimento e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) (SILIPRANDI, 2015). No Brasil, a modernização da agricultura, que remonta o final da década de 1960, foi o período a partir do qual o país absorveu cada vez mais crédito agrícola, incorporou novas tecnologias e máquinas na produção e integrou redes internacionais de comercialização, além de criar centros de pesquisa e difundir a extensão rural (PALMEIRA, 1989).

A Revolução Verde, apontada como estratégia para a superação da escassez e aumento da produção de alimentos, intensificou a reprodução do capital na agricultura. Com a promessa de alimentar o mundo, a modernização adentrou no espaço rural por meio de seu pacote tecnológico, com variedades de sementes híbridas de alto rendimento – que atendendo as mensurações estabelecidas pela Revolução Verde, tem na produtividade propiciada pelo uso das chamadas “sementes milagrosas” considerado um único componente, diferente das agriculturas dos sistemas complexos e diversos de cultivos – dependentes de agroquímicos, irrigação e mecanização (SHIVA, 2015; SHIVA, 2003).

O ciclo de inovações tecnológicas incluiu, também, a fabricação e a disseminação de maquinaria pesada, como tratores e implementos agrícolas – plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores –, utilizada para o preparo da área de plantio e para a colheita da produção (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Goodman, Sorj e Wilkinson (2008, p. 1-2), indicam que os processos naturais, “representados pela natureza enquanto conversão biológica de energia, enquanto tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal, e enquanto espaço nas atividades rurais baseadas na terra”, constitui limitações estruturais diretas à produção industrial. Não podendo remover as particularidades da natureza na produção agrícola, os capitais industriais, através de tecnologias, adaptaram-se a ela através do apropriação desses processos.

Paralelamente, os alimentos oriundos da agricultura vão sendo substituídos por produtos industriais ultra-processados, processo que os autores denominam como substitucionismo. Assim, para os autores, “os capitais apropriação estão associados principalmente com o processo de produção rural e com a transformação primária das safras, enquanto os capitais substitucionistas estão envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 1-2).

Em um contexto de capital imperialista, os alimentos são projetados visando lucro permanente (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001), o que impulsionou grandes empresas multinacionais, que passaram a controlar a produção, o processamento e a distribuição de alimentos à nível mundial, estabelecendo um domínio conhecido por “impérios alimentares”. Ploeg (2008, p. 20), estudioso que cunhou o termo, o império é um arranjo que tende a se tornar dominante, “é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismo estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc.”, que agrupadas, constituem um regime agroalimentar. Atualmente há uma quantidade reduzida de empresas multinacionais que controlam a maior parte da produção e distribuição alimentar. Esses impérios provocam desconexão de tempo e espaço entre a produção e o consumo de alimentos, estabelecendo formas cada vez mais padronizadas a nível mundial.

A comercialização via impérios alimentares se dá por cadeias longas de comercialização e o produto final, na maioria das vezes ultraprocessoado, não é semelhante ao de origem. O consumidor deixa de ter conhecimento da procedência de seus alimentos, pois esses passam por inúmeros atravessadores onde se perde o contato com as(os) agricultoras(es) (PLOEG, 2008). Desse modo, a agricultura

convertida em uma estrutura agroindustrial complexa, ao substituir os alimentos por produtos industriais, apropria-se dos processos naturais de produção agrícola, afastando o ato de comer da tradição natural, transformando-o em prática globalizada que concebe o alimento como uma mercadoria (PAULA, 2017).

A mercantilização, cada vez mais intensiva e veloz da atividade agrícola, acarretou a destruição ecológica e comprometeu o solo, os recursos hídricos e a pluralidade de culturas agrícolas dos diversos povos (SHIVA, 2015). Esse sistema que avança sobre o campo, subtrai produções locais e familiares que não incorporam as inovações tecnológicas industriais. Além disso, aqueles grupos que se adequam, são levadas à especialização produtiva e à vulnerabilidade da dependência de produtos externos (ANJOS; CALDAS, 2009).

A transformação dos alimentos em meros produtos industriais marginaliza famílias agricultoras e fortalece o poder corporativo. A alimentação, ao passo que se afasta de sua tradição natural e se aproxima de práticas alimentares globalizadas, perde sua conexão com as agriculturas (PAULA, 2017).

Os alimentos passam a ser projetados como produtos globais, sem consideração pela necessidade fisiológica ou pelos valores sociais incorporados, mas somente por interesses e estratégias econômicas de empresas da grande indústria alimentar. As dimensões socioeconômicas e mercantis instituídas em torno dos alimentos repercutem tendências mundiais de comércio e investimento, e propagam padrões de consumo motivados pela integração de mercados e domínio das grandes corporações alimentares (PAULA, 2017). Esse fato demonstra que o modelo adotado visa, não só a um controle hegemônico da produção e do consumo, mas também ao ato de pensar, refletindo na contemporaneidade à perpetuação da colonialidade do saber e do ser que despreza a diversidade (SHIVA, 2003).

Nesse contexto, o questionamento ao sistema agrícola e alimentar é imprescindível para que se possam construir outras possibilidades de vidas e agriculturas no campo e na cidade. Na próxima seção serão apresentadas as propostas da agroecologia.

3.2 A AGROECOLOGIA COMO MODO DE VIDA E DE AGRICULTURAS

A agricultura é um acontecimento que não ocorre de maneira igual ou simultânea em todos os territórios, assim, tem-se que a modernidade e a modernização agrícola, sob o modelo capitalista, buscou criar homogeneização e hierarquização a partir do difusionismo da monocultura, mas isso está longe de significar que não existam outras agriculturas que não a hegemônica.

A contestação ao modelo predatório da agricultura industrial tomou corpo em meados do século XX. Em seu livro “Primavera Silenciosa”, Carson (2010), denunciou a nocividade das tecnologias transferidas da indústria bélica a agricultura pelo projeto da Revolução Verde. Nele a autora revelou os efeitos tóxicos de substâncias químicas e as classificou como armas, em uma situação em que as pessoas não tem informações sobre os impactos da exposição e interesses econômicos justificam a indispensabilidade do uso (CARNEIRO *et al.*, 2015).

O modelo de agricultura da Revolução Verde, além de danos provocados pela contaminação dos seres humanos, água, solo, animais e alimentos ocasionados, em grande parte, pela propagação e uso intensivo de agrotóxicos, desencadeou graves problemas sociais e ambientais, como: êxodo rural, desmantelamento de comunidades camponesas, dependência tecnológica, erosão, salinização e perda de fertilidade dos solos, desmatamento, perda de biodiversidade de flora e fauna (SILIPRANDI, 2015).

Neste contexto, emergiram distintas propostas de contraposição ao modelo produtivo capitalista, como as chamadas agriculturas alternativas e foram elaborados conceitos, como o de ecossistema e o de agroecossistema (MOHR; MOHR, 2017, SILIPRANDI, 2015).

Em oposição e questionamento à agricultura convencional moderna, o movimento agroecológico eclode e aporta em sua construção correntes de pensamento de vertente agrônômica, sociológica e vinculada aos movimentos sociais do campo, sendo construído por concepções teóricas que se desenvolvem em paralelo às lutas sociais (SILIPRANDI, 2015).

A agroecologia é ação complexa, ligada ao modo de vida das famílias. As práticas são pautadas pelo equilíbrio entre agricultura e ecossistema, é atividade que gera nutrição, bem-estar e qualidade de vida e se apresenta como mecanismo de autonomia, emancipação e afirmação do protagonismo de agricultoras(es).

Envolve um conjunto de conhecimentos direcionados a uma agricultura sustentável e que atente a critérios sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. Funda-se também em um agrupamento de disciplinas, que dão base para operar com os agroecossistemas, conciliando a atividade agrícola com a manutenção das características ecológicas do ambiente, propiciando uma vida digna às pessoas envolvidas (SILIPRANDI, 2015).

A agroecologia é proposta de vida e de agricultura que busca regenerar as técnicas e as práticas empreendidas desde a origem das agriculturas, restaurando os conhecimentos agrícolas apagados pela agricultura moderna (HECHT, 2002). É forma de agricultura que percebe os locais produtivos como ecossistemas em que ocorrem relações ecológicas, considerando os seres humanos em suas interações e com olhar atento a questões culturais e sociais (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001). É movimento de resgate, preservação e fortalecimento de saberes alicerçados nos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, principalmente das mulheres (BIASE, 2010).

A agroecologia é ciência, é prática e é movimento (WEZEL *et al.*, 2009). Como ciência, é teoria crítica que questiona o modelo de agricultura mercantil, fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas alternativos e sustentáveis. Como prática social, é evidenciada na valorização dos capitais ecológico e social. Como movimento social, mobiliza atores e envolve contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Dessa forma, a agroecologia se desenvolve condensando em um todo indivisível o seu enfoque analítico, a sua capacidade operativa e a sua incidência política (PETERSEN, 2013).

Para Caporal (2009), a agroecologia propõe agregar saberes e práticas tradicionais aos conhecimentos das diferentes ciências, possibilitando o diálogo e a realização de uma abordagem holística e transdisciplinar. É proposta que reserva relações que preconizam práticas culturais que atentem ao meio ambiente, e inclui também um “enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de

agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 8).

Assim sendo, a agroecologia não é apenas uma forma de praticar agricultura, nem só a utilização de tecnologias que não agridam o meio ambiente, mas um projeto de vida e emancipação. Sua proposta, a partir da agricultura familiar camponesa, é questionar as relações de poder e romper com o modelo de desenvolvimento rural fundado em monoculturas, latifúndios e no capitalismo patriarcal que gera a exclusão social e violências (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Segundo Altieri (2012, p. 16), “a agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação”. Diante disso, os sistemas de produção agroecológicos são fortemente baseados na racionalidade das agriculturas tradicionais, privilegiando a esfera local, sendo que direciona os seus esforços para atender à demanda e à necessidade dos mercados locais, fundamentando a produção e o consumo de alimentos saudáveis. Esse sistema de produção se caracteriza por sua ampla diversidade de culturas de plantas e animais, pela manutenção e melhoria das condições do solo e pela gestão da água e da biodiversidade.

Enquanto teoria, ciência e movimento contra-hegemônico, a agroecologia propõe a superação do paradigma dominante da modernização agrícola, e a construção e a reorientação dos processos de manejo da natureza, promovendo ampliação da inclusão social, reduzindo danos ambientais e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional (CAPORAL, 2009). Para Niederle, Almeida e Vezzani (2013), ela se destaca por ser uma agricultura capaz de reestruturar as práticas agrícolas e a distribuição de alimentos, que são questões centrais na busca por segurança e soberania alimentar.

Para Boni (2012, p. 145) segurança e soberania alimentar são dois conceitos com significados diferentes, mas que “se entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar”. Neste sentido, o conceito de soberania alimentar relaciona-se a autonomia dos povos em definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, enquanto o termo segurança alimentar está vinculado a qualidade dos

alimentos e identifica a segurança da(o) consumidora(o), sendo conceito que abrange a problemática da fome, debatendo o acesso, a quantidade e a qualidade dos alimentos, abrangendo questões sociais, políticas e econômicas relacionadas a industrialização agrícola e alimentar e seus reflexos na saúde e bem-estar.

Corroborando Belik (2003), ao indicar que a concepção de segurança alimentar está assentada em quantidade, qualidade e regularidade de acesso, e que para ser efetivada deve-se levar em conta que acesso aos alimentos é diferente de disponibilidade, pois mesmo com muitos alimentos disponíveis parcela da população é excluída do alcance, que a alimentação disponibilizada a população deve ser saudável, sem contaminantes, no sentido de que a qualidade da alimentação se funda no seu consumo de forma digna, e, na manutenção de acesso constante e regular a alimentação.

Desta forma, a segurança alimentar é termo que deve ser entendido como premissa para garantia de princípios e políticas que possibilitem e garantam o acesso a alimentos seguros, a preço justo, em quantidade e com qualidade necessárias à manutenção das demandas nutricionais de uma vida saudável e digna, garantindo o acesso a direitos e à cidadania (SAMPALHO, 2005) e, neste escopo, trazendo consigo a concepção de soberania alimentar, vinculada as discussões relacionadas a autonomia agrícola e alimentar dos países e redução da dependência externa, atribuindo importância a produção de alimentos de forma social e ambientalmente correta, valorizando a preservação da cultura e os hábitos alimentares de cada povo e território (MALUF; MENEZES, 2000).

Para Silva (2019, p. 52-53) a soberania alimentar, conceito construído a partir da luta dos movimentos sociais, é entendimento que envolve solidariedade e se efetiva atrelada a demandas como:

“[...] reforma agrária, direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza, direito aos territórios tradicionais pesqueiros, garantia do acesso à terra e aos demais meios de produção; acesso à água limpa e livre de contaminações e em quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção de alimentos; adoção de um modelo sustentável, solidário e justo de produção e consumo de alimentos de base agroecológica; acesso de todas e todos a uma alimentação adequada e saudável livre de contaminações biológicas, químicas e genéticas, como microrganismos, agrotóxicos e transgênicos; fortalecimento da agricultura familiar e de mercados locais, garantindo o abastecimento de alimentos também por meio de compras públicas; acesso aos serviços de saúde e nutrição; políticas de geração de emprego e renda; adoção de políticas de comércio

internacional que não submetam a soberania alimentar aos interesses econômicos do livre comércio; ações voltadas para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres, uma vez que é sobre elas que recaem as responsabilidades pela busca e o preparo dos alimentos, procura e transporte de água em locais de escassez, e é sobre elas que a insegurança alimentar e nutricional se manifesta com maior frequência.”

De igual maneira, Jalil (2009) ao discorrer sobre a soberania alimentar percebe o conceito como resultado do processo de resistência ao modelo hegemônico, que ao analisar as relações de poder nas práticas sociais, que se materializam em diversas dimensões da vida e da agricultura, também instrumentaliza o debate sobre as questões de gênero e questiona as relações domésticas e sexuais imbricadas nas relações de poder tanto nos espaços públicos e políticos, quanto nos espaços privados.

Nesse sentido, sendo a agroecologia também um projeto de vida, em constante questionamento das relações de poder na construção social, ela é capaz de fomentar diálogos sobre a visibilidade da presença feminina no campo e o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres agricultoras camponesas, refutando os papéis sociais de gênero e propiciando o estabelecimento de relações mais simétricas, assunto abordado na próxima seção.

3.3 AS MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

Segundo os estudos de Siliprandi (2015), o rompimento com a lógica de desvalorização das mulheres camponesas ganha destaque com a participação delas no movimento agroecológico, por meio da articulação entre as históricas lutas feministas e as lutas ambientais no espaço rural. Assim, considera-se que os movimentos agroecológicos e feministas se relacionam, pois pretendem se inserir em projetos de transformação social que superem o atual modelo convencional agrícola produtivista, excludente e patriarcal e promovam novos entendimentos e outras vivências.

Muitas mulheres denunciam o lugar que lhes foi destinado com o colonialismo de gênero, questionando as relações de poder e exigindo outras possibilidades de vida (LUGONES, 2014; 2008). O feminismo, enquanto movimento

teórico, político e social, questiona as opressões existentes nas relações entre mulheres e homens e é dispositivo que possibilita reivindicações de espaços de transformação da realidade social (AMORÓS; MIGUEL, 2005). Questiona também a estrutura social fundada no sistema sexo/gênero que está pautado em relações de poder e de dominação das mulheres pelos homens, construção que é sócio-histórica e, também, de ordem simbólica (SILIPRANDI, 2015), implicando na manutenção de valores dominantes de uma determinada época e sociedade.

Marques (2017) explica que os estudos feministas têm identificado, nas pesquisas junto aos movimentos de mulheres camponesas, pautas semelhantes, como o acesso à terra e ao trabalho.

Um fator importante que perpassa as relações de gênero no espaço rural é a “indivisibilidade da renda” (CHAYANOV, 1974), questão que gera reflexo, tanto na mensuração econômica da mão de obra feminina, quanto na autonomia e independência financeira das mulheres e sua participação nos espaços públicos.

Brumer e Anjos (2012), ao analisarem a reprodução social na agricultura familiar, denunciam situações de discriminação de gênero quando declaram que, corriqueiramente, mulheres agricultoras ficam excluídas da partilha das terras, não sendo reconhecidas como herdeiras e sucessoras se não se casarem com um homem. Além disso, o trabalho da mulher é considerado como complementar ao do homem, sendo classificado como “auxílio” ou “ajuda” às atividades masculinas que são vistas como geradoras de lucratividade na propriedade rural.

Segundo Paulilo (1987), em diversos contextos rurais por ela estudados, às mulheres foram outorgados os afazeres do âmbito privado, atividades de cuidado das(os) filhas(os), das(os) idosos, da alimentação e da casa – atividades que são classificadas enquanto trabalhos “leves”. Em contraparte, aos homens foram imputadas atividades de gerência e gestão, sendo deles as tomadas de decisões e o controle da unidade familiar e cujo trabalho é identificado como “pesado”. Essa hierarquização do trabalho ocorre, não pela sua complexidade ou tempo despendido na sua realização, mas sim pela função social do gênero que o performa, reforçando estereótipos patriarcais, sexistas e desiguais que geram a desvalorização do trabalho das mulheres.

Referente à essa divisão sexual do trabalho, Paulilo (2004) afirma que aos homens, tidos como “chefes da família”, coube o trabalho na lavoura ou na pecuária, com produção de bens para o mercado, ou seja, as atividades que geram renda, ficando destinada às mulheres, engendradas como dependentes ou auxiliares, a esfera doméstica, as tarefas gratuitas de cuidado, que são percebidas como dever. Assim, estabeleceu-se uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo aquele o que afere renda, executado, em boa parte, fora da unidade domiciliar pelo homem adulto; e este, o reprodutivo – ou improdutivo – a atividade realizada pela mulher no âmbito da unidade domiciliar.

A invisibilidade do trabalho feminino pode ser entendida pela não valorização do trabalho doméstico e de cuidado e pela ausência de ganho econômico nestas tarefas, ou seja, por sua categorização como reprodutivo ou de auxílio. Para Schaaf (2001), é a própria estrutura social da propriedade rural – presente nas relações desiguais entre partícipes da mesma família, reproduzidas na divisão do espaço e na fração de tempo despendida a cada atividade e sua relevância – que representa a oposição entre feminino e masculino e determina em que lugar a mão de obra será empregada.

Carneiro (2001) enfatiza que, mesmo quando o trabalho feminino é realizado em semelhantes condições ao dos homens, a participação das mulheres nas tarefas agrícolas não modifica a posição de hierarquia familiar. Mesmo nos casos em que as mulheres assumem por completo a atividade agrícola, essa permanece, na condição de auxiliar de um homem, que pode ser seu pai, irmão ou marido, a depender do estado civil. Tal assertiva corrobora o fato de que a desigualdade entre os gêneros está calcada na invisibilização social do fazer feminino e no não reconhecimento de participação no processo produtivo, valores e práticas que sustentam a sociedade de cunho patriarcal.

Jelin (1995) declara que existem expectativas distintas quanto ao trabalho desenvolvido por mulheres e por homens, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, nos quais há uma divisão sexual do trabalho. No contexto da organização patriarcal da unidade produtiva familiar, concede-se ao homem/pai, o posto de arranjo e direção dos ofícios dos demais membros da família, e à mulher, a responsabilidade pelas atividades reprodutivas do espaço doméstico privado.

Assim, no contexto rural, as reivindicações das mulheres por direitos estão muito relacionadas ao reconhecimento da profissão e ao acesso à terra. Durante o período da constituinte, durante os anos de 1980, ocorreram lutas das mulheres agricultoras no país para que seus nomes estivessem no bloco de produtor rural e para que fossem reconhecidas como agricultoras, possibilitando o exercício de direitos sociais, previdenciários e sindicais e atendimento adequado nos sistemas de saúde e educação (SILIPRANDI, 2011). Foi por intermédio da organização dessas mulheres que afloraram as lutas relacionadas ao direito à terra, ao voto, à saúde, à educação e se seguiram outras tantas mais. Isso representou uma mudança de paradigma, a substituição, na autodeclaração profissional de mulheres rurais, do termo “do lar” pela expressão “agricultora familiar”. No processo de mobilização, as mulheres, além de demandarem liberdades individuais e garantias sociais, também passaram a discutir questões vinculadas às relações de poder e à violência, tornando-se, segundo Medeiros (2008, p. 11), fundamental “analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres”, evidenciando, como questão latente, de que forma se “constituem possibilidades de desnaturalização da dominação” e como se modificam as relações patriarcais tão profundamente enraizadas na concepção moderna de sociedade.

Foi na busca por direitos que as mulheres encontraram, na participação em movimentos sociais, a possibilidade de sonhar e lutar para experienciar novas formas de existir. Para Heredia e Cintrão (2006), os movimentos sociais tiveram papel central na criação de políticas públicas específicas para as mulheres do campo.

Em um mesmo contexto, o tema da sustentabilidade na agricultura familiar camponesa ganhou força nos movimentos sociais. Diversas organizações, munidas de experiências de alternativas de produção e de comercialização, criticavam o padrão tecnológico vigente e denunciavam a ocorrência do êxodo rural, a concentração de terras, o desmantelamento de comunidades rurais, a perda da biodiversidade, a contaminação dos alimentos, entre outros. Na busca pela efetivação da democracia, essas lutas se uniram, fazendo com que o feminismo, ao se deparar com a realidade das mulheres do campo, começasse a incorporar suas

demandas, e o movimento agroecológico, mesmo que de forma tímida, passasse a discutir gênero (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Boni (2017), em pesquisa realizada no contexto da organização produtiva das mulheres e promoção de autonomia por intermédio da agroecologia, enfatiza que da prática agroecológica, é possível desprender que, além da maneira de trabalhar, altera-se também a percepção sobre o território e a natureza em que as mulheres estão inseridas, sendo a agroecologia, entendida por elas, como um aspecto mais amplo que a produção de alimentos e responsável por melhores condições de trabalho.

Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018) indicam que as práticas agroecológicas possibilitam às mulheres, o enfrentamento de conjunturas de vulnerabilidade e viabilizam conquistas em âmbito pessoal e profissional. As mulheres camponesas, organizadas em movimentos sociais agroecológicos de produção e comercialização, são responsáveis por inúmeros processos de resistência.

No contexto da criação e propagação da agroecologia as mulheres agricultoras passam a propor o repensar das relações de poder no campo, visando transformar a lógica produtora mercantil e afirmar o seu protagonismo e participação do processo de escolha, produção, gerenciamento e comercialização. Contudo, mesmo sendo elas que, na maioria das vezes, iniciam a produção ecológica, ainda são a minoria nos espaços de representação. A autora entende ser esse um fator decorrente da forma como o trabalho nas unidades familiares é organizado e de como o potencial de ganhos econômicos da atividade feminina faz com que essa seja convertida em um projeto familiar, ao mesmo tempo em que os homens assumem a gestão e a representação nos espaços públicos (SILIPRANDI, 2015).

A estrutura social da colonialidade naturalizou a presença das mulheres no espaço privado e as vinculou ao trabalho reprodutivo e gratuito, limitando-as de participar em esferas públicas de representação e decisão. A agroecologia é movimento de visibilidade das mulheres do campo e reconhecimento de seus saberes, práticas e atuações, sendo as cadeias curtas de abastecimento, possibilitadas pelas feiras, importante instrumento de valorização da participação na produção e na comercialização de alimentos, tema abordado na próxima seção.

3.4 O CIRCUITO DE FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E AS CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO

A consolidação do capitalismo no campo reconfigurou a agricultura e a produção de alimentos, através da industrialização do sistema agroalimentar. Fundado em práticas de produção em larga escala e mediada por cadeias longas de escoamento, destruiu as relações de sustentabilidade e o vínculo ético e responsável entre agricultora(es) e consumidoras(es). Como contraponto, nesta seção, são feitas reflexões a partir das cadeias curtas de comercialização, redes descentralizadas e fora do controle dos impérios agroalimentares, que possuem nos circuitos das feiras livres regionais, além de espaços de produção e de comercialização de alimentos, locais de sociabilidade, resistência e autonomia das famílias agricultoras e, principalmente, das mulheres agriculturas camponesas.

Para Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras livres são experiências de sociabilidade e uso da rua, são espaços de vida pública, lugar de encontros e trocas cotidianas, territorialidade marcada pelas vivências e experiências das diferentes pessoas que ali estão, transitam e interagem em um universo de cores e sabores.

No Brasil, as feiras são uma categoria de comércio varejista ao ar livre, com periodicidade semanal, instituídas enquanto serviço de utilidade pública pelos municípios e destinadas à comercialização local de alimentos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). Segundo Godoy (2005, p. 5-6), as feiras representam o "limiar difuso entre o rural e o urbano, fim da fase produtiva e início da fase de consumo", são canais de comercialização local e espaços de interação social que tornam produtoras(es) e consumidoras(as) protagonistas, nas quais estão vinculados aspectos simbólicos e culturais, ressignificando as relações socioeconômicas. Assim, as feiras se constituem enquanto uma complexa teia de relações, associam diversas relações sociais, produtivas e comerciais e envolvem, geralmente, trabalho familiar (GODOY; ANJOS, 2007).

A comercialização de alimentos, nas feiras da agricultura familiar camponesa, ocorre pela venda direta, e para que isso seja possível, é importante que o estabelecimento dos vínculos éticos e comerciais aconteça pela relação de confiança entre agricultoras(es) e consumidoras(es). Rocha (2013) percebe as feiras

como canais de venda direta, sem atravessadores, em que agricultoras(es) podem vender e trocar diretamente os alimentos, com relações que extrapolam a ótica mercadológica e possibilitam a troca de conhecimentos, de experiências, de cordialidades e a construção de relações amparadas na confiança e no reconhecimento do trabalho daquelas(es) agricultoras(es).

Para Sousa (2019), as(os) consumidoras(es) que optam pelas cadeias curtas de abastecimento o fazem pela confiabilidade, valorizando a produção artesanal, o respeito às famílias produtoras e a preservação do meio ambiente, sendo importante para as(os) consumidoras(es), o contato próximo com as(os) feirantes.

Segundo Gazolla e Schneider, as cadeias curtas podem ser compreendidas como a manifestação da vontade dos envolvidos em construir diferentes maneiras de:

[...] interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017, p. 13).

Para os autores, o encurtamento das cadeias de abastecimento propicia benefícios ambientais, sociais e econômicos na medida que os alimentos são comercializados com preços justos e estão em conformidade com os princípios da segurança alimentar, com hábitos alimentares e culturais da população local e com a oferta de alimentos estacionais. Ademais, com a redução dos custos no processamento e na distribuição, aumenta o valor agregado nos produtos comercializados, incrementando a renda das famílias agricultoras (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Burg (2005), ao estudar a comercialização em feiras da agricultura familiar camponesa e analisar a presença das mulheres na produção e comercialização agroecológica, indica ser o espaço da feira um local de acesso à renda e de valorização social das mulheres. Estudo realizado com um grupo de mulheres em áreas de assentamento e acampamento do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em Alagoas, acrescenta que as feiras, para além da comercialização dos alimentos, são locais de “inclusão, resistência,

participação, formação, expressão cultural, lazer, encontro de mulheres e troca de experiências” (SOF, 2016, p. 17).

Dessa forma, a produção agroecológica e a comercialização intermediada por cadeias curtas nas feiras da agricultura familiar camponesa propicia benefícios às(aos) agricultoras(es) e às(aos) consumidoras(es), com geração de renda, preços justos, alimentos de qualidade, estreitamento das relações sociais e respeito ao meio ambiente, valorizando os sistemas alimentares locais, visibilizando a presença feminina e sendo verdadeiros territórios de comercialização e sociabilidade.

4 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa e sistematizado pelo método da história de vida tópica, onde, com o objetivo de analisar a trajetória de participação das mulheres agricultoras camponesas na construção da agroecologia no Sudoeste do Paraná, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados e perguntas abertas, além de observação participante.

Para Gill e Goodson (2015, p. 216), “a história de vida é o ponto de partida [...] e busca de uma história de ações inseridas em transições históricas, sociais e culturais, bem como em cenários pessoais”. Por sua riqueza de detalhes, a história de vida é método que pode “fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” e, portanto, particularidades sobre os atores sociais e suas práticas (BECKER, 1994, p. 109). Nesse sentido, observou-se, na trajetória dessas mulheres, a relação delas com a agroecologia e os atravessamentos nas relações de gênero, de trabalho, de produção e alimentação.

Segundo Minayo (2010), a entrevista é fonte de informação que concebe dados que tratam da reflexão das entrevistadas sobre suas experiências e subjetividades. Conforme Vergara (2009, p. 3) é uma “interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo” que, além das respostas, pode oferecer possibilidades de análise de informações não verbalizadas, mas percebidas na “postura corporal, tom e ritmo de voz, gestos e olhares”.

A observação participante, por sua vez, é técnica de coletar dados, a qual aproxima a pesquisadora do cotidiano pesquisado que, segundo Antonio Carlos Gil (2009, p.103), “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” e possibilita chegar “ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As observações foram registradas em diário e campo, instrumento que, segundo Triviños (1987), contribui no acervo e na sistematização de apontamentos do cenário

onde a pesquisa se desenvolveu e onde as participantes estão inseridas, contendo detalhamentos dos fenômenos sociais percebidos.

4.1 LÓCUS DE PESQUISA

O contato da pesquisadora com as interlocutoras se deu através dos espaços de vivência e comercialização de feiras no Sudoeste do Paraná: a Feira de Produtos Orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (FEPOULT – UTFPR), campus Pato Branco; a Feira Livre da Agricultura Familiar no município de Marmeleiro; a Feira Livre de Agrotóxicos da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Francisco Beltrão; e a Feira Ecológica da Cango, na Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), em Francisco Beltrão. Todas elas são espaços de fortalecimento da agricultura familiar e incentivo à produção agroecológica.

Figura 1 – Feira de produtos orgânicos (FEPOULT) na UTFPR, *campus* Pato Branco



Fonte: André Luis Fernando Baldo (2017).

A FEPOULT teve sua primeira edição em agosto de 2016 e é resultado de um projeto de extensão universitária que visa promover a interação da comunidade interna e externa ao campus, além de incentivar o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico. Até março de 2020, quando as aulas foram suspensas devido à pandemia da COVID-19, a feira acontecia todas as quintas-feiras, das 9h30 às 18h, entre os blocos M e N da UTFPR. Na feira estavam

presentes alimentos comercializados pela Cooperativa de Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná (COOPERVEREDA) e, também, cultivados por famílias agricultoras que faziam a comercialização direta.

A Feira Livre da Agricultura Familiar de Marmeleiro, inaugurada em 2011, acontece todos os sábados de manhã, das 7h às 11h30, na praça central do município. Organizada pela Associação dos Feirantes de Marmeleiro, conta com a participação de sete famílias que comercializam alimentos *in natura* e produtos coloniais minimamente processados, oriundos da agricultura familiar.

Figura 2 – Feira de produtos orgânicos (FEPOULT) na UTFPR, campus Pato Branco



Fonte: Angélica Servegnini de Wallau (2020).

Figura 3 – Feira Livre de Agrotóxicos da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão



Fonte: Fabiane Zanini dos Santos (2018).

A Feira Livre de Agrotóxicos da UNIOESTE, é uma das atividades do projeto de extensão intitulado “O Coletivo Regional de Mulheres do campo e da cidade”, coordenado pela professora Roseli Alves dos Santos. A ação visa incentivar a autonomia financeira das mulheres. Até a suspensão das aulas, por ocasião da pandemia da COVID-19, a feira acontecia todas as quartas-feiras, das 7h às 12h00, em frente ao anfiteatro da universidade, local bastante movimentado e de fácil acesso.

Realizada desde o ano de 2016, na COOPAFI Francisco Beltrão, a Feira Ecológica da Cango, foi criada pelo Projeto Vida na Roça, oriundo da parceria entre a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), a UNIOESTE e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR).

Figura 4 – Feira Ecológica da Cango de Francisco Beltrão



Fonte: Angélica Servegnini de Wallau (2020).

Todas as feiras são locais de trânsito frequente da pesquisadora e o acesso as famílias agricultoras camponesas e contato com as mulheres aconteceu devido à proximidade possibilitada pela produção e pela comercialização dos alimentos nesses locais.

4.2 COLETA DE DADOS

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em etapas: na primeira fase, realizou-se revisão bibliográfica e observação participante nas feiras; na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas e a continuidade à observação participante;

na terceira fase, procedeu-se a transcrição das entrevistas e a análise dos dados e das informações coletadas. Durante todo o processo, nos locais de comercialização, nos cursos de capacitação e nos encontros de mulheres, foram realizadas conversas informais com as interlocutoras presentes, as quais foram registradas em diário de campo e, também, compõem parte da análise.

Como o objetivo do estudo foi analisar as vivências em agroecologia das mulheres camponesas no Sudoeste do Paraná, em um primeiro momento, realizou-se o levantamento das famílias feirantes que eram agroecológicas, para então convidar as mulheres a participarem da pesquisa. Para identificar aquelas que estavam relacionadas à agroecologia, levou-se em consideração a certificação participativa da Rede Ecovida, a certificação de produtos orgânicos do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e, também, em um dos casos, o saber-fazer agroecológico sem o aval de rede ou da empresa certificadora.

Quadro 1 – Identificação das entrevistadas.

Nome	Idade/estado civil/filhos	Ocupação	Feira/município	Certificadora
Veridiana	50 anos, casada uma filha	Agricultora	FEPOULT Pato Branco	TECPAR
Flaviana	26 anos, casada, sem filhos	Olericultora (atualmente não trabalha mais com agroecologia)	FEPOULT Pato Branco	Rede Ecovida
Suelen	23 anos, casada, uma filha	Agricultora/Eng. Agrônoma	Feira Livre de Agrotóxicos da UNIOESTE Francisco Beltrão	Rede Ecovida
Janete	46 anos, casada, um filho	Agricultora/Eng. Agrônoma	Feira Ecológica da Cango Francisco Beltrão	Rede Ecovida
Claídes	78 anos, casada seis filhos, 19 netos	Agricultora	Feira Livre da Agricultura Familiar Marmeleiro	Sem certificação
Noemi	62 anos, casada, sem filhos	Agricultora	Feira Ecológica da Cango Francisco Beltrão	Rede Ecovida
Cleonice	42 anos, casada três filhos	Agricultora	Feira Ecológica da Cango Francisco Beltrão	Rede Ecovida

Fonte: autoria própria (2021).

Para compreender como a vivência em agroecologia atravessa as diversas esferas da vida dessas mulheres, foi realizada observação participante nos

espaços de comercialização das feiras, nas formações técnicas e políticas, nas visitas realizadas nas propriedades das famílias e, por ocasião da pandemia da COVID-19, em lives e reuniões online. As entrevistas, com roteiro semiestruturado e perguntas abertas (APÊNDICE A), foram realizadas de acordo com a disponibilidade das interlocutoras, ocorrendo nas feiras, nas suas propriedades, nas universidades (UTFPR e UNIOESTE) e por telefone. As primeiras entrevistas foram presenciais e ocorreram entre os meses de abril e maio de 2018. As demais foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2020, respeitando as medidas de isolamento social impostas pela pandemia da COVID-19, via telefone e WhatsApp, com as agricultoras que dispunham desses dispositivos de comunicação.

É importante destacar que o estudo iniciou com a participação de sete mulheres agricultoras camponesas e se finda com a permanência de seis delas no campo. Devido à venda da propriedade pelo pai, Flaviana está, atualmente, residindo e trabalhando no espaço urbano.

Também é preciso indicar que no início da pesquisa todas as mulheres agricultoras camponesas estavam envolvidas com o processo de cultivo e/ou transformação dos alimentos na propriedade e três delas – Cláides, Suelen e Flaviana – também realizavam a comercialização nos espaços das feiras. Ao término do estudo, todas as interlocutoras permanecem na produção e nenhuma está atuando na comercialização. Devido a pandemia da COVID-19 e as medidas de segurança aplicadas, Cláides repassou a comercialização de seus alimentos na feira a sua filha, e com as aulas interrompidas e as feiras na UTFPR e UNIOESTE suspensas, Suelen tem comercializado seus alimentos via telefone e WhatsApp e seu marido realizando a entrega domiciliar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o modelo hegemônico de agricultura capitalista esteja consolidado nos dias atuais, desde a gênese, as práticas agrícolas foram resultado de adaptações, de experimentações e da coexistência dos seres humanos com o ecossistema, tendo, nesse processo, as mulheres atuado como protagonistas.

Sobre o desenvolvimento desta pesquisa cabe, inicialmente, três breves considerações: a primeira referente às interlocutoras do estudo, que são mulheres brancas e de ascendência alemã e italiana, que carregam o legado das políticas estatais de colonização e branqueamento da região. Essas políticas de colonização difundiram a falácia do vazio demográfico da região, apagando a existência de povos ameríndios nesse território. Além disso, rechaçaram a presença negra e priorizaram a instalação de famílias agricultoras vindas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes europeus (KIYOTA, 1999; SEYFERTH, 1996).

A segunda, referente à formação agrária da região, que tem no conflito pela posse da terra, que culminou no ano de 1957 com a Revolta dos Posseiros, o fracionamento, a titulação e a regularização em pequenas propriedades de agricultura familiar camponesa (KIYOTA, 1999).

Por fim, a terceira, refere-se à ASSESOAR (A ASSESOAR, fundada no contexto da atuação cristã pela democracia, em 1966, no município de Francisco Beltrão, tem por objetivo a criação de espaços de formação e a atuação no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, na Agroecologia e nas Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo (ASSESOAR, 2021).) e ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) (O CAPA, que atua no município de Verê, desde o ano de 1997, tem como objetivo de prestar auxílio técnico à agricultura familiar camponesa e viabilizar a produção de base ecológica. Vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sua criação remonta o ano de 1978, no município de Santa Rosa-RS, e se deu devido à preocupação com a expulsão de famílias agricultoras do campo pelo processo de modernização da agricultura e com vistas a oferecer

alternativas para a permanência delas no espaço rural (CAPA, 2021).), entidades não estatais, oriundas dos movimentos de oposição ao modelo da modernização e da industrialização da agricultura. Essas organizações, através da agroecologia, dedicam-se à promoção de melhores condições de vida e de trabalho para agricultoras(es) camponesas(es) no Sudoeste do Paraná.

Essas conjunturas sociopolíticas de formação e estruturação agrária e agrícola da Região Sudoeste do Paraná são importantes para este estudo, pois permitem entender como o racismo estrutural operou no acesso à terra no país, através dos projetos de colonização e desenvolvimento da região. Esse é um dos aspectos relacionados a só termos interagido com mulheres brancas nas feiras e aquelas não brancas estarem ausentes destes espaços. Ao trazermos o contexto da formação espacial e o trabalho realizado pela ASSESOAR e pelo CAPA, compreende-se a presença da agricultura familiar camponesa e os processos de resistência implicados na prática agroecológica.

Outro ponto importante deste estudo é a escolha das interlocutoras. As feiras são alguns dos espaços da agroecologia no Sudoeste paranaense, porém não estão restritos a elas. A escolha das mulheres agroecologistas deste circuito ocorreu em razão da proximidade da pesquisadora com as feiras, definindo-as como lócus de pesquisa.

A agroecologia é um processo de produção de vida, que abarca critérios sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos. É paradigma que tem na agricultura orgânica e na legislação apenas uma de suas partes, não sendo a adequação legal o que vai definir a condição de agricultora camponesa agroecológica, haja vista a complexidade envolvida nessa categoria. Assim, no contexto deste estudo, tem-se que das sete interlocutoras, uma delas não tem certificação orgânica, outra tem o certificado emitido pelo TECPAR, e cinco delas são certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia.

A certificação de conformidade orgânica realizada pelo TECPAR é feita por auditoria, na qual, se a unidade produtiva estiver em conformidade com as exigências legais, passa a ser autorizada a comercializar os produtos com o selo de orgânico. A comercialização com o selo pode agregar valor ao produto e aumentar a renda da família, além disso, possibilita a comercialização em um seguimento

específico dos mercados institucionais. Entretanto, essa certificação não define que uma família é agroecológica ou não, visto que há outros fatores que envolvem a agroecologia, como discutidos acima.

Outra forma de certificação é a Rede Ecovida de Agroecologia, criada por iniciativa e articulação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações de agricultoras(es) da região Sul do Brasil, é pioneira no desenvolvimento da certificação de conformidade orgânica por Sistema Participativo de garantia (SPG). A atuação da Rede se dá de maneira horizontal e descentralizada, fundada na organização das famílias agricultoras camponesas em grupos informais, associações ou cooperativas. No âmbito da Rede, a condição de membra(o) pressupõe um compromisso com a promoção da agroecologia. A certificação é processo pedagógico que surge a partir da relação entre agricultoras(es), consumidoras(es) e técnicas(os). O SPG se dá em torno do alimento orgânico e a credibilidade é mediada pela palavra da família agricultora, sendo essa a primeira instância de certificação (ECOVIDA ONLINE, 2021).

Assim, a certificação de conformidade orgânica realizada pela Rede, além de atender aos critérios legais de certificação orgânica, atenta para princípios precursores da agroecologia, defendendo a prática como um projeto de construção junto à agricultura familiar camponesa e famílias de trabalhadoras(es) urbanas(os). Tudo isso em prol da recuperação do planeta, da sustentabilidade do desenvolvimento, da produção e do acesso a alimentos de qualidade, em defesa da saúde, da educação, do lazer e da cultura, do fortalecimento da economia solidaria e promoção do mercado justo, da segurança e soberania alimentar, e contra qualquer forma de exploração, opressão ou violência econômica, política, social, de gênero ou geração (ECOVIDA ONLINE, 2021).

Dentre as muitas abordagens, aquelas referentes às questões de gênero recebem especial atenção na Rede Ecovida de Agroecologia, pois segundo uma das interlocutoras, que é, ao mesmo tempo, agricultora, agrônoma e coordena Rede Ecovida de Agroecologia no Paraná, são debates que fazem com que as mulheres comecem a *“se enxergar em um local e com uma função social, como uma sujeita, que antes estava totalmente na invisibilidade, e começa a ter participação”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018). Além disso, a

participação nessa certificação envolve todos os integrantes da família que precisam estar sempre presentes em todos os locais de atuação da Rede.

O combate às violências de gênero é ação central na Rede, assunto sempre abordado nas reuniões de capacitação e com redobrada vigilância nas visitas de verificação nas propriedades das famílias. A violência não é apenas a física, e, em muitos casos, a vítima não percebe que a está sofrendo. Conforme Janete explica, na mesma ocasião da entrevista acima citada, *“neste processo de capacitação elas conseguem dizer o que está acontecendo com elas, elas choram, elas desabafam”*. Há momentos que as mulheres, por inúmeros motivos, não se sentem seguras para denunciar o agressor em meio ao grupo, então, *“na hora de lavar a louça, que o marido não está, é momento em que as mulheres falam, ou no momento de olhar as flores, porque o marido não vai junto olhar as flores, é difícil que ele vá”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018). Por isso, o processo construído pela Rede Ecovida tem importância da formação, do olhar atento e do acolhimento das mulheres camponesas.

Assim, na elaboração e análise desta pesquisa se buscou considerar a constituição social, política e territorial da região Sudoeste do Paraná, levando em conta aspectos que se refletem nas relações indentitárias e na formação agrária e agrícola local. Também, entendendo a agroecologia enquanto campo amplo de confluência de conhecimentos, a definição das interlocutoras ocorreu pela auto identificação como agricultoras camponesas agroecológicas, reconhecendo a existência da legislação de regulamentação da produção e comercialização orgânica e do sistema de certificação, mas não se limitando a esse. Desta forma, no próximo item, discutiremos, de maneira mais específica, como a agroecologia compõe a vida das interlocutoras da pesquisa.

5.1 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

Apesar de cada uma das mulheres ter acessado a agroecologia em tempos e condições pessoais, familiares e profissionais diferentes, todas tiveram em suas histórias algum contato com a agricultura convencional – pautada na modernização e industrialização da agricultura e no pacote tecnológico da

Revolução Verde – tendo familiares, vizinhos, amigos e, em alguns casos, até elas próprias trabalhando nessa lógica.

Noemi conta que ela e o companheiro conheceram a agroecologia logo depois que casaram, no ano de 1983, ela morava na cidade e passou a residir no sítio, que era de propriedade dos sogros: *“eles estavam indo para o fundo do poço, plantavam [no modelo tradicional], mas não colhiam nada”* (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018) e era necessária a mudança. Segundo ela, a família estava na iminência de vender a propriedade e ir residir e trabalhar na área urbana ou então aderir ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Foi neste contexto que conheceram o trabalho realizado pela ASSESOAR, que trabalhava com agricultura ecológica.

Para Corona (2003, p. 9), as famílias camponesas, por muito tempo, utilizaram a mobilidade espacial e a produtividade das terras inexploradas como alternativa de produção, não adotando qualquer manejo de conservação do solo. Na região Sudoeste do Paraná, mesmo com a experiência de esgotamento do solo das regiões que migraram, principalmente do Rio Grande do Sul, os colonos não mudaram suas técnicas de cultivo, a *“estratégia utilizada para garantir a fertilidade do solo era ainda a rotação de terras (formação de capoeira e queimada) com o encurtamento cada vez maior do ciclo, pois significava uma economia financeira e de trabalho”*.

Do contato com a ASSESOAR, Noemi e sua família conheceram Beatriz Rugani Ribeiro de Souza, técnica que foi até a propriedade e, segundo ela *“conversou com a gente para fazer uma transformação, pois da maneira como nós estávamos produzindo não tinha mais como, a nossa terra estava morta”*. Contou ainda que a profissional sugeriu que a família separasse *“um quadro de terra para fazer uma experiência, para fazer a transformação em um pedaço e a gente ver a diferença”* (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). A sugestão da técnica da ASSESOAR foi o manejo da área para a restauração da fertilidade, indicando não mais realizar queimadas, adicionar esterco animal, fazer rotação de culturas, realizar o cultivo de plantas de cobertura e a adubação verde para recuperar a estrutura química, física e biológica do solo. Ela reconhece que, talvez, se a propriedade apresentasse um relevo e/ou solo mais favorável para a

mecanização e não tivessem tido o contato com as formações e o acompanhamento técnico da ASSESOAR, poderiam ter aderido ao pacote tecnológico ou migrado para o espaço urbano, já que seria impossível se manter no rural da forma que estava.

A melhora foi perceptível e Noemi conta que, na sequência, a recuperação iniciada no ano de 1983, foi realizada em toda a área da propriedade, que *“em dois, três anos foi uma transformação muito grande, e daí deu para a gente se manter na agricultura”*. No caso da família da Noemi, eles nunca utilizaram agrotóxicos na área, segundo ela, *“nós não chegamos ao ponto de usar veneno, isso a gente nunca usou na nossa propriedade, nunca foi usado veneno, só que a maneira de trabalhar anterior é que estava errada”* (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018), referindo-se aos cultivos realizados com queimadas para a limpeza da área, revolvimento do solo e curto espaço de pousio.

Na família de Janete foi a utilização de agroquímicos que a fez repensar a forma de fazer agricultura. Ela conta que sendo filha de agricultores camponeses da Serra Gaúcha, cresceu e conviveu sempre com a produção e o consumo de muita diversidade e o cultivo com pouca utilização de agrotóxicos, mas que *“com a vinda da assistência técnica [centrada no pacote tecnológico da Revolução Verde] eles [a família] passaram a usar muito agrotóxico, e meu irmão quase morreu intoxicado, ele quase morreu, e meu pai se intoxicou várias vezes”*. Nessa narrativa, percebe-se como a assistência técnica que trabalha na perspectiva da difusão do pacote tecnológico não orienta as famílias agricultoras sobre os riscos à saúde e os perigos da contaminação. Ela ainda nos conta que eles *“apenas mandavam comprar o defensivo e passar, mas eles intoxicaram muita gente, e eu não achava isso certo”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

Questões relacionadas à saúde e a intoxicações por agroquímicos também foram relatadas como motivadoras do processo de conversão agroecológica feito pela família de Flaviana, quando afirma que: *“meu pai vivia passando mal pelo uso do agrotóxico, era ele que passava o veneno”* (FLAVIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a exposição aos agrotóxicos, a depender do princípio ativo presente no produto, do tempo de

exposição e da quantidade absorvida pelo organismo, pode causar doenças. Os efeitos da exposição podem ser agudos, de aparecimento rápido, ou crônicos, quando em repetidas exposições por períodos prolongados, podendo se manifestar “como cânceres, más-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais” (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 58).

Os principais atingidos são agricultores expostos diretamente aos agrotóxicos durante a manipulação e a aplicação, mas toda a população está suscetível a seus efeitos, através do consumo de água e de alimentos contaminados. Segundo uma análise de amostras coletadas em 77 Municípios brasileiros, realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2019), das 4.616 amostras analisadas e 270 agrotóxicos pesquisados, foram encontrados 122 agrotóxicos, sendo que, 1.290 amostras (28%) apresentaram resíduos com concentrações dentro do Limite Máximo de Resíduos (LMR) permitido pela Anvisa, e 1072 amostras (23%) possuíam níveis superiores aos estabelecidos pela Anvisa.

Suélen, que é filha de agricultor convencional, conta: “*sempre vi os técnicos e agrônomos empurrarem veneno, ele [o pai] era induzido*” (SUÉLEN, ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018). Assim, fica evidente a influência da participação dos profissionais técnicos nas orientações quanto ao sistema de produção e ao tipo de manejo adotado.

Sobre esse aspecto da extensão rural, ligada ao modelo de difusionismo instituído pela Revolução Verde, Corona (2003, p. 13) indica que: “além dos mecanismos financeiros, o projeto de modernização contou também com a política nacional de extensão rural criada em meados dos anos 1970, através do Sistema EMBRATER/EMATER/ASTER”. A ação extensionista se ajustou às diretrizes do Sistema Nacional de Crédito Rural e se concentrou nas regiões e nos produtos de resposta rápida aos incentivos públicos. Desse modo, a extensão rural contribuiu para o fortalecimento da especialização da produção e excluiu a maioria dos produtores rurais que não tiveram acesso a tal modernização agrícola.

Essa análise também é encontrada em outra pesquisa sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, na qual Santos (2008, p. 70) enfatiza que o trabalho técnico efetivava uma “extensão rural com base no discurso

ideológico dominante, seguindo a política direcionada pelo Estado de modernizar e desenvolver o espaço, com o objetivo de viabilizar mudanças na base técnica”. Assim, inserida no projeto de desenvolvimento rural nacional, a região Sudoeste do Paraná, fundada em uma agricultura estruturada na pequena propriedade e de base familiar, sofreu o impacto do projeto nacional de modernização da agricultura.

Desse modo, na região, os recursos via crédito agrícola alteraram a base produtiva e transformaram rapidamente a paisagem da região, sendo que, em pouco tempo, extensas áreas de mata deram lugar a monocultivos. Entretanto, critérios que dificultavam o acesso de pequenas propriedades ao crédito fizeram com que as políticas públicas não fossem para todas(os) as(os) agricultoras(es), sendo que “grande parcela dos pequenos produtores, com poucos recursos, com pouca extensão ou sem a propriedade da terra (posseiros, parceiros etc.) e sem escala de produção requerida pelas novas tecnologias, acabaram excluídos da modernização” (CORONA, 2003, p 15).

Claídes declara que passou a residir no espaço rural após o casamento, mas afirma: *“eu sempre fui agricultora, você se identifica com uma coisa, você não se identifica através de um documento”*. Ela reconhece a agricultura como a sua profissão. Segundo ela, tudo que sabe sobre ser agricultora aprendeu com a sogra, que *“tinha muita paciência para orientar e ensinar”*. Ela diz que nunca produziu com o uso de agrotóxicos, *“até hoje não precisamos usar veneno, fizemos tudo com a enxada”*, mas que sabe sobre as propagandas e os incentivos dos bancos para financiamento de tratores, compra de sementes e uso de agrotóxicos. Além disso, ela conta que muitas famílias agricultoras aderiram a isso e que na visão dela,

[...] é lamentável quando um agricultor com uma pequena área de terra quer plantar soja, isso é lamentável, pois dá para plantar tantas outras coisas. Nossa, é diferente se você vai em uma roça onde você encontra arroz, mandioca, batata, cebola (CLAÍDES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

Ela ressalta ser contrária à prática da agricultura convencional e menciona seu desapontamento quando membros da sua família aderiram ao pacote tecnológico da Revolução Verde: *“eu sempre tive muito cuidado e lamentei muito na*

nossa família quando alguém começou a colocar veneno” (CLAÍDES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

No caso de Veridiana, ela trabalhava com a produção de olerícolas em sistema convencional. Ela contou que a motivação para aderir a produção orgânica, tendo iniciado o processo de transição no ano de 2001, foi a possibilidade de venda: *“tem poucos que produzem e pensamos que futuramente seria bom para a gente”* (VERIDIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2018), mas que também é uma produção mais natural e sem agrotóxicos.

Cleonice afirma que ela e sua família já haviam passado por diferentes lugares no interior e na cidade. Trabalharam com sistema de integração de aves e com gado leiteiro. Em 2004 mudou com a sua família para a propriedade que residem atualmente, e nela tinham, inicialmente *“quatro vacas de leite e ele [o esposo] tentou vender grãos, plantou milho, mas foram três anos de seca, não fazíamos financiamento, não tinha PROAGRO, e nesses três anos a gente só decaiu”*. Ela foi observando a maneira como a família de Noemi, sua vizinha, trabalhava: *“pegavam e guardavam as sementes no paiol, não usavam veneno, não gastavam com insumos, não gastavam com inseticidas”*. Ela refletiu: *“não dava muito, mas o que dava era deles e a gente pensava assim, meu deus, mas a gente faz um girão e no final não sobra nada. Será que compensa?!”* (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). Foi assim que decidiram fazer modificações na forma de produção de sua família.

O contato de Janete, Suélen e Flaviana com a produção agroecológica ocorreu na universidade e, depois, todas levaram os aprendizados para o campo prático de suas vidas e de suas famílias. Flaviana é graduada em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia, pela Universidade do Contestado (UNC), campus Concordia – SC, e foi na formação universitária o primeiro contato com a produção de base ecológica, tendo a conversão iniciada quando decidiram pela produção de morango orgânico.

Janete, que cursou agronomia na Universidade Federal de Santa Maria – RS, diz que durante a graduação se identificou mais com a olericultura e trabalhou com agricultura alternativa, juntamente com uma professora de biologia. Ela explica que se sentia excluída no curso de agronomia, estava em uma turma

majoritariamente masculina, com apenas duas mulheres. Assim, declaravam que agronomia não era para mulher, que elas não iam saber usar as máquinas agrícolas e nem os agrotóxicos, que a pesquisa e o trabalho que ela realizava, com o estudo e o preparo de macerados e caldas, era totalmente desprezado e não reconhecido pelos colegas. Ela migrou para Francisco Beltrão logo depois de formada, onde passou a atuar como engenheira agrônoma. Conforme ela conta:

[...] na prefeitura tinha um grupo que trabalhava com agroecologia [...] na propriedade de um deles tinha pêssego. Eu propus formar um grupo para trabalhar diferente, a gente montou uma agroindústria e processava doces e conservas, já na perspectiva agroecológica (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

No ano de 1998 ela e o companheiro compraram uma área de terra: *“nosso pedacinho de terra. Quando colocamos o pé lá dissemos: agora chega [se referindo a agricultura convencional]! Eu não oriento ninguém a fazer isso, porque tem que ter a conversão. Hoje já são 20 anos, nunca usamos agrotóxico” (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).*

Suélen, que fez sua graduação em agronomia na UTFPR, campus Pato Branco, teve com o professor Thiago de Oliveira Vargas e sua participação no projeto Rondon, onde participou de oficinas, seu primeiro contato com a produção agroecológica. Ela destaca: *“me senti em casa e comecei a trabalhar com agroecologia e a defender a minha classe, que é a agricultura familiar”*. Formada, teve a experiência de trabalhar no CAPA e, mesmo gostando muito de trabalhar com assistência técnica, sentia que não era o seu lugar. O CAPA pregava a permanência de jovens rurais no campo e ela, como jovem, estava fazendo justamente o contrário. Passou a pensar: *“prefiro ganhar menos, estar feliz e trabalhar no que defendo” (SUÉLEN, ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018)*. Voltou para a casa dos pais, isolou um pedaço perto de casa e iniciou a sua produção de alimentos agroecológicos.

Neste item, discutimos o contexto no qual as mulheres interlocutoras aderiram a agroecologia, as dificuldades que enfrentaram frente a agricultura convencional e a resistência de pais, irmão e maridos ao processo de conversão. A seguir, abordaremos as concepções e práticas agroecológicas, por meio da vivência e da experiência das interlocutoras.

5.2 “O QUE ENTENDO POR AGROECOLOGIA NÃO OLHEI NUM DICIONÁRIO”: OS SIGNIFICADOS DA AGROECOLOGIA

A agroecologia, enquanto movimento, epistemologia e prática, não se resume ou se limita a técnicas de produção agrícola, mas é espaço de diálogo entre os campos social, ambiental, político e econômico e de construção de vida, sendo “prática que gera nutrição, bem-estar e qualidade de vida, mas também é mecanismo de autonomia e emancipação, e de afirmação do protagonismo dos agricultores” (SILIPRANDI, 2015, p. 87).

Sobre a sua percepção do que é a agroecologia, Claídes declara:

O que eu entendo por agroecologia não olhei num dicionário, é o que eu entendo por agroecologia, agro vem de cultivar a terra, de produzir. O agronegócio eu acho que roubou esse nome de nós, agricultura, nós somos agricultores, nos praticamos o agro, nós trabalhamos a terra, da terra tiramos o nosso sustento. Eco, eco é vida, então trabalhar a terra com vida e com respeito. Logia, a lógica, eu tenho uma lógica, eu quero trabalhar, eu quero produzir, mas eu quero com isso respeitar a terra, a água, o meio ambiente, a natureza, eu quero respeitar as pessoas, e os animaizinhos todos (CLAÍDES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

Corroboram com a definição de Claídes, os posicionamentos de Cleonice que expressa: “a agroecologia é uma maneira completa de viver [...] eu costumo dizer que a partir da hora que nós entramos, começamos a trabalhar com a agroecologia, a gente criou até uma filosofia de vida: dignidade, autonomia e ser feliz” (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). Também Janete concebe a agroecologia como mais que um processo produtivo: “uma concepção de vida e um jeito de viver, não é só produtivo, porque não basta, não adianta produzir agroecologicamente e comercializar por um preço que não é justo e ele não chegar aos trabalhadores” (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

Na maioria das entrevistas, quando perguntadas sobre o porquê da escolha do trabalho de forma agroecológica, as respostas têm, em comum, a preocupação da convivência harmônica com a natureza, com os seres humanos e, também, a satisfação de estarem felizes consigo mesmas.

Para Noemi e Suélen, a agroecologia possibilita a produção agrícola com respeito à natureza e sem agredir o meio ambiente. Cleonice explica que “na

agroecologia a gente conseguiu muita coisa, desde união na família, respeito pela planta, ajuda a proteger nosso planeta que está pedindo socorro” (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). Por sua vez, Janete compreende a agroecologia como *“uma forma de produzir respeitando a natureza e todos os outros seres, uma forma de pensamento, de agir em sociedade [...] partindo de princípios como solidariedade, ética, preservação, resistência, humanidade”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

A preocupação com a saúde e o bem-estar também é elencado como importante para Claídes, que explica: *“a vida dentro da agroecologia ela gera saúde, satisfação, alegria, eu vejo isso na minha família”*. Ela entende esse processo como um ciclo onde *“desde que você senta na mesa e vai comer um feijão, um arroz que você colheu é diferente”*, declarando a importância de *“um alimento produzido pela família, produzido por nós, onde nós colocamos a mão, onde não passou por um beneficiamento, onde a energia muitas vezes participou disso”* (CLAÍDES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). A agroecologia, para ela, é uma agricultura que se preocupa com a relação entre as pessoas e com natureza.

Nesse sentido, tem-se que a relação entre mulheres e agroecologia é marcada pela preocupação delas com as questões ambientais, e é dessa perspectiva que surge, e vem se fortalecendo a partir de 1970, o Ecofeminismo enquanto posicionamento crítico que reconhece e defende a necessidade de reinterpretação e reorganização das relações da humanidade com a natureza. É uma perspectiva que denuncia as ações sexistas e reivindica o respeito e a valorização a todos os seres existentes, considerando a violência estabelecida pelos humanos diante dos não humanos como semelhante àquela sobre as mulheres e sobre outras etnias e raças, que não a do homem branco ocidental; violência, portanto, centrada no antropocentrismo e no etnocentrismo (SILIPRANDI, 2015).

O ecofeminismo é um movimento protagonizado por mulheres na defesa da preservação do meio ambiente e de suas vidas, que através da aliança entre feminismo e ecologia. Opõem-se à dupla exploração – capitalista e patriarcal – a que estão submetidas as mulheres, compreendendo que a relação de exploração exacerbada do meio ambiente é semelhante à exploração por elas vivenciadas. Para

Angelin (2014), a abordagem ecofeminista contribui para o debate sobre as questões de preservação da vida e da natureza.

Siliprandi (2015) destaca a importância do movimento ecofeminista articular aos movimentos populares do campo, defendendo que modificações no sistema de produção podem possibilitar maior visibilidade das mulheres na agricultura e, também, na conservação ambiental, viabilizando o reconhecimento do trabalho delas no campo. Ao indagar se a maior valorização de seu trabalho seria capaz de provocar transformações efetivas na divisão sexual do trabalho no espaço rural, reconhece-se ser o movimento ecofeminista capaz de inserir novas perspectivas de resistência e de luta no contexto do espaço rural.

A agroecologia é a proposta de uma outra ética. Conforme Noemi, *“para mim a agroecologia é tudo”* (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018) e, segundo Cleonice, *“a gente já trabalhou de várias formas e a única forma que eu achei que vale a pena, que dá certo, é trabalhando na agricultura familiar com a agroecologia”* (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). Já, para Janete, ela expõe que *“eu não consigo me imaginar de outra forma, desde a faculdade trabalho com isso, [...] sempre fui agricultora agroecológica, comercializando diretamente”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

Neste item abordamos a compreensão das mulheres sobre a agroecologia, os significados e sentidos presentes nas relações de coexistência e convivência com humanos e não humanos. A seguir, discutiremos a importância de uma produção diversificada e de uma alimentação de qualidade, através das vivências e das experiências das nossas interlocutoras.

5.3 “MEU QUINTAL É MEU LABORATÓRIO”: DIVERSIDADE PRODUTIVA E ALIMENTAR

As mulheres, mesmo quando ainda não mobilizavam o termo agroecologia para definir as suas práticas, cultivavam e produziam os alimentos de maneira agroecológica. Segundo Janete, *“a produção agroecológica é ancestral, o recente é a utilização de agrotóxicos”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3

DE MAIO DE 2018). Essa fala aponta para o modo como a agroecologia se conecta a conhecimentos e práticas ancestrais de agriculturas, que são retomadas pelo movimento agroecológico e incorporam dimensões políticas e científicas.

Claídes, ao se referir à agricultura praticada por seus familiares e vizinhos nas décadas de 1950 e 1960, salienta que *“todas as famílias agricultoras que a gente conhecia [...] para dizer a verdade, do que eu entendo hoje por agroecologia, eram agroecológicos”* (CLAÍDES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

León (2004, p. 222, tradução nossa) enfatiza: que “as mulheres são, evidentemente, agricultoras e cultivadoras, e contribuem para a conservação e gestão geral dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura”. Assim, as mulheres agricultoras camponesas, segundo Rodrigues (2018, p. 44), “conhecem e praticam em suas hortas e quintais, técnicas de produção, seleção, cruzamento, melhoramento e armazenamento de sementes crioulas [...] técnicas de reconstrução, recuperação, manejo e melhoramento dos solos”. Esses conhecimentos, conforme Janete, consolidam-se, principalmente, no convívio com outras famílias agricultoras e na troca de experiências que vão sendo realizadas no dia a dia.

Os alimentos produzidos em economias locais representam a base do sistema alimentar, as(os) agricultoras(es) realizam pesquisas e desenvolvem mais variedades de plantas que as corporações, constituindo, coletivamente, através de suas sementes guardadas e de suas variedades melhoradas localmente, um amplo repositório de conhecimento tradicional, além de inovação (GUAZZELI; RIBEIRO, 2016).

Janete, em fala realizada em um evento, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) (O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), criado pela Lei 20.121/19, é fruto da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agropecuário do Paraná (IAPAR). Com a nova normativa, esses órgãos deixam de existir como instituições autônomas, formando uma única entidade, o IDR-Paraná, vinculado à Secretaria de

Estado da Agricultura e do Abastecimento.), declara que os povos do campo, incluídos os das águas e das florestas, sempre realizaram e continuam realizando pesquisas, produzindo um saber resultante do conhecimento do local em que se vive e expressando a maneira como eles percebem e interagem com a realidade.

Grande parte da produção de alimentos no mundo é realizada por mulheres que, através de seus saberes e de seus conhecimentos dos sistemas alimentares, desempenham papel fundamental na sustentabilidade. Além disso, são as mulheres as responsáveis por grande parte da força de trabalho dos sistemas locais, contribuindo para a economia e, também, para a segurança alimentar local (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

León (2004, p. 222, tradução nossa) ressalta que “as hortas mantidas pelas mulheres são, muitas vezes, verdadeiros laboratórios experimentais informais”. Nelas ocorre a produção dos alimentos mais habituais da família e se cultivam plantas *“de outras regiões e que desejamos consumir”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

Um espaço importante na região Sudoeste do Paraná para a manutenção da diversidade de sementes, são os eventos como a festa das sementes crioulas, nas quais ocorrem trocas entre as(os) agricultoras(es). Janete explicita que, desses encontros é possível *“trazer coisas diferentes, que estão já quase em extinção [...] muita coisa que há muitos anos não tinha mais visto que alguém cultivava, nem que a gente não cultive em grande quantidade, mas para manter a espécie”*. Isso permite recuperar e garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas, com o armazenamento de sementes crioulas. Ela ainda explica que: *“eu sempre tenho um monte de potinhos com sementes guardadas, as vezes com duas ou três sementes a gente continua”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018), garantindo a autonomia e a soberania alimentar propiciada pela semente salva, que é experimentada, selecionada e melhorada pelas famílias camponesas. Dessa maneira, elas não ficam dependentes do mercado externo de comercialização de sementes híbridas.

Referente à preservação das sementes, tão importante quanto a soberania alimentar e a manutenção da biodiversidade é a segurança propiciada pela partilha e pela distribuição de sementes crioulas entre as famílias agricultoras.

Nesse sentido, Janete destaca: *“eu ajudei duas famílias o ano passado que voltaram a querer produzir [...] desde feijão de vagem, abobora, moranga, pipoca, tudo o que eu pude arrumar de sementes, eu arrumei para eles começarem, arroz também”*. Esse compartilhamento de sementes garante a sua permanência e propagação, além de gerar satisfação e alegria das(os) camponesas(es) em voltar a produzir um alimento que há muito não se imaginava consumir. Janete destaca que se estabelece vínculos de reciprocidade entre as famílias que compartilham sementes: *“e daí a gente se encontra e sempre lembra, nossa aquele arroz tá dando tão bem ainda”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018).

Em seus quintais, hortas, pomares e roçados, as mulheres agricultoras camponesas cultivam plantas medicinais, aromáticas, alimentares e ornamentais para o consumo familiar e o excedente é destinado à comercialização. Para Boni (2017, p. 22), *“a produção diversificada para o autossustento, o cuidado com a horta, o pomar, as plantas medicinais, o jardim, tudo isso faz parte da identidade da mulher camponesa”*.

Na pesquisa, as mulheres explicitaram a satisfação e a alegria que sentem em produzir alimentos seguros, saudáveis e diversificados. Para Noemi, é *“muito gratificante os resultados”*. Ela conta também que:

[...] a gente tenta tirar tudo da terra, plantamos tudo que é possível, primeiro para comer depois para a venda. Não vamos para os supermercados comprar coisas, temos tudo na propriedade da gente, apenas uma coisa ou outra não temos e precisa comprar (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

Para as interlocutoras da pesquisa, é importante ter uma diversidade de alimentos disponíveis para o autoconsumo familiar. Sobre isso, Janete descreve que: *“quase todo dia a gente senta na mesa e olha, o que a gente comprou e o que a gente produziu aqui. Tem dias que além do sal e da gordura, não tem nada de fora. Acho isso de uma riqueza incrível”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018). Ela destaca que produzem e consomem uma grande variedade de legumes, verduras e frutas, e realizam a venda do excedente em feiras locais e programas institucionais.

As mulheres nos contam que não existe diferenciação nos manejos e nas técnicas de cultivo dos alimentos produzidos para autoconsumo e os

direcionados à venda: todos são produzidos juntos e da mesma forma. Segundo Flaviana, apenas não são comercializados aqueles alimentos que não são produzidos em escala suficiente para a comercialização, que acabam sendo direcionados apenas ao consumo da família. Na família de Veridiana, tudo o que se consome na família, também é vendido, exceto o peixe que é produzido apenas para autoconsumo.

Da produção de alimentos para o próprio consumo surgem, principalmente, duas consequências: uma relacionada à melhoria nas condições gerais de alimentação e de saúde da família, no momento em que aumentam a variedade e melhoram a qualidade dos alimentos ingeridos; e outra alusiva à composição da renda familiar, não sendo auferida apenas quando se comercializam os excedentes da produção, mas também o que se deixa de comprar fora da propriedade. A produção diversificada tem implicação direta na preservação da biodiversidade, no resgate de determinadas espécies de plantas e práticas de cultivo e de alimentação.

Na agroecologia, a produção para o autoconsumo possibilita às mulheres subverter o papel coadjuvante que lhes foi imposto, reivindicando o seu espaço e o reconhecimento no trabalho produtivo, representando um caminho para a autonomia e a emancipação das agricultoras familiares camponesas (PAULILO, 2016; SILIPRANDI, 2015).

Quanto à comercialização dos alimentos, em nosso primeiro contato, todas as famílias realizavam feiras e algumas, ainda, vendiam a mercados institucionais. Com a pandemia da COVID-19, as feiras que aconteciam na UTFPR e na UNIOESTE foram suspensas, e Suelen, que estava inserida apenas à feira na UNIOESTE, adotou como estratégia o contato prévio com as(os) consumidoras(es) e a entrega dos alimentos todas as sextas-feiras, na forma de sacolas ou cestas.

As interlocutoras afirmam que o ganho econômico obtido com a produção de base ecológica é maior do que a auferida no sistema convencional, principalmente por não terem gastos com insumos externos. Na comercialização a mercados institucionais, o acréscimo do valor quando presente o selo de certificação, é de até 30%. Na venda direta, observou-se que as agricultoras camponesas optam pelo que definem como preço justo, identificado por elas como o

valor que paga os custos de produção, o trabalho empreendido e é, ainda, acessível ao consumidor.

No caso de Flaviana: *“antes [se referindo a produção convencional] não plantávamos nada, não tinha nem um pé de alface plantado. Comprávamos tudo no supermercado. Não consumíamos muitos legumes e verduras porque morávamos longe da cidade”* (FLAVIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018). Essa realidade foi alterada com a produção agroecológica, que influenciou diretamente no consumo alimentar. No entanto, no acontecimento recente de venda da propriedade e habitação no espaço urbano pode significar novamente a redução da variedade e da qualidade alimentar da família.

Neste item dialogamos sobre a produção diversificada e a melhoria na qualidade da alimentação propiciada pela agroecologia, o que garante saúde a família, qualidade de vida e bem-estar. Ainda, abordamos a composição da renda familiar, auferida na comercialização dos excedentes da produção e, também, quando se declina da necessidade de compra por intermédio da produção para autoconsumo. Em seguida, discutiremos as rupturas e as continuidades nas relações de gênero, a partir da produção agroecológica.

5.4 VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Ao mesmo tempo em que são realizadas mudanças no sistema de produção, as mulheres também experienciam modificações em seu cotidiano, que as levam a questionar o modelo agrícola e, também, o social em que estão inseridas. A elas foram atribuídos papéis de cuidado e impostas responsabilidades pela alimentação e saúde de suas(seus) filhas(os) e demais membros da família.

Na maioria dos casos, são as mulheres que iniciam o trabalho com agroecologia, porém elas são minoria nos espaços de representação, em razão do modo como o trabalho nas unidades familiares é organizado. Isso se deve, principalmente, à interferência dos homens no momento que os projetos familiares passam a apresentar potencial de ganhos econômicos e inserção política nos espaços públicos (SILIPRANDI, 2015).

Algumas interlocutoras deste estudo citaram o embate que tiveram que travar com o pai, irmãos ou maridos para a transição ao sistema agroecológico, contestando a lógica de poder patriarcal, muito presente nas comunidades rurais, em que as mulheres são vistas como dependentes das decisões dos homens, inicialmente de seu pai e de seus irmãos e, com o matrimônio, subordinadas ao marido.

Esse modelo familiar patriarcal é permeado pela lógica de que *“o pai manda, o pai diz e está dito, e pronto!”* (NOEMI, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018). Isso ocorre por se acreditar que na figura dele se reúnem as condições necessárias para administrar todo o trabalho e todas as decisões, sendo considerado o “dono do saber” e, conseqüentemente, refletindo nas relações de poder sobre os demais membros da família, principalmente as mulheres (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Suélen relata que a decisão de trabalhar com agroecologia contrariou a vontade do pai e do irmão. Segundo ela, sua decisão foi uma decepção para o pai, que *“esperava que as filhas fossem pro mundo”*. Mas ela, salienta que queria muito *“voltar para casa”*, se referindo à comunidade rural e à propriedade dos pais, em que nasceu e cresceu. Neste retorno, ela isolou um *“pedaço de terra perto de casa, até para que os agrotóxicos [utilizados nas lavouras de soja e milho] do meu irmão e do pai não chegassem tão perto da residência”* (SUÉLEN, ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018) e iniciou a transição para a agroecologia com a produção de morangos.

Ainda sobre o enfrentamento das relações patriarcais Cleonice relata que:

[...] por eu sempre dizer amém, foi até um pouco difícil para ele [se referindo ao marido] essa ideia de que a mulher também pode dar palpite, também pode ter decisões (...). Também não é fácil pra ele, porque vem da cultura de achar que os homens mandam (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

Para Boni (2017), as mulheres foram criadas para ocupar o lugar de filhas e esposas obedientes, e incorporar ainda os papéis de mãe, esposa e trabalhadora. As transformações dessas relações não são fáceis, mas são

necessárias. Elas envolvem a reorganização das atividades rotineiras e da participação em espaços públicos.

Além de não serem incentivadas, algumas interlocutoras relatam incidentes de desencorajamento das suas decisões ou das suas produções, por parte de familiares ou vizinhos. Esse é o caso de Suélen, que conta da briga que teve com o irmão por ele ter ignorado seu pedido para o não plantio de milho BT, em razão de sua estufa, e ela ter seu cultivo de morango atacado por lagartas.

Cleonice, ao falar sobre a decisão da transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica, enfatiza que *“gente perdeu amizades, que a gente achava que eram amizades, por conta de nós termos mudado a maneira de trabalhar, porque eles diziam assim: vocês são atrasados, o tempo da enxada já passou”* (CLEONICE, ENTREVISTA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2018).

No caso de Veridiana, foi o seu companheiro quem sugeriu a transição, e ela declara: *“achei difícil, mas concordei que futuramente seria melhor”*, indicando que com a produção agroecológica *“o trabalho aumenta e é mais difícil”*. Nesta família, a divisão sexual do trabalho está centrada no espaço público como exclusivo do seu companheiro, que faz a feira e as vendas em supermercados do município de Pato Branco. Conforme ela conta: *“ele faz feira, vendas, arruma os canteiros, e ajuda a enxugar e lavar a louça”*, enquanto *“eu semeio, limpo canteiros, limpo salada, faço o serviço de casa, e, se precisar, vou roçar”*. Ressalta, ainda: *“eu acho que eu trabalho mais”* (VERIDIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2018), indicando que trabalha todos os dias da semana e cerca de 15 horas por dia. Ela aponta que não gosta de fazer as vendas, mas que gostaria de sair de casa para fazer compras, ir no salão, passear etc., o que fica impossibilitada em razão da carga intensa de trabalho doméstico e de produção.

Segundo Schmitz (2014, p. 20), as relações desiguais de gênero fazem com que mulheres desempenhem *“funções menos valorizadas, que geram pouca renda, embora sejam funções fundamentais, tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo”*, tornando o trabalho das mulheres invisível. A autora afirma, ainda, que o *“trabalho das mulheres é explorado simplesmente pelo fato de serem mulheres, justificando-se a divisão sexual do trabalho a partir da visão patriarcal de mundo”*, na

qual as mulheres estão sujeitas a duplas ou triplas jornadas de trabalho e que essas são invisíveis “aos olhos da família e da sociedade”.

Kempf (2017, p. 70), em pesquisa realizada na agroindústria familiar rural no Município Pranchita, estado do Paraná, verificou que, mesmo as mulheres assumindo uma atividade remunerada externa à unidade de produção, “foi unânime a resposta de que elas ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico”, sendo que algumas “afirmam executar as atividades domésticas durante a noite ou no final de semana” e as que não o fazem é porque “contam com o auxílio das filhas adolescentes na atividade”. Assim, fica evidente que a realização do trabalho remunerado “ao invés de gerar uma revisão dos papéis de gênero, reforça a dupla jornada ou transfere essas funções para outras mulheres (no caso, as filhas)”.

Flaviana, que atualmente reside e trabalha no espaço urbano, na primeira entrevista definiu a agroecologia “*um estilo de vida*” e, quando questionada a respeito da sua participação para a tomada de decisão da conversão para a agroecologia, ressalta que sua pesquisa de conclusão de curso de graduação “*foi um motivo de retorno para a propriedade da família*”. No entanto, como as decisões sobre a terra eram tomadas pelo seu pai, ela necessitava fazer um conjunto de negociações: “*O duro é convencer meu pai*” (FLAVIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018). Ela menciona, ainda, a necessidade de fazer as mediações das relações entre o pai e o esposo, nem sempre amistosas.

Recentemente, conforme relatou ao retomarmos o contato, seu pai tomou a decisão de vender a propriedade, de maneira que todos foram morar na cidade. A respeito dessa decisão, Flaviana diz que, por ser sua área de formação, gostava de desenvolver as atividades da produção orgânica, mas, com o tempo, “*várias discussões surgiram sobre coisas que deveriam ser feitas. Eu dava o parecer técnico e percebi que ele, muitas vezes, era ignorado*”. Esse motivo, aliado ao cansaço físico da atividade e a problemas de saúde, fez com que desanimasse de exercer a profissão e de estar no espaço rural, declarando acreditar “*que (a agroecologia) realmente não era a minha área, por isso não briguei para continuar*” (FLAVIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020).

Cleonice esteve a cargo da fabricação dos queijos desde o ano de 2011. No ano de 2019 foi tomada uma decisão familiar para que essa atividade

fosse repassada a um dos filhos quando este, devido a restrições ocasionadas por um problema de saúde, foi impedido de realizar atividades braçais. Ao retomarmos a entrevista, no ano de 2020, Cleonice nos contou que o filho, atualmente responsável pela fabricação dos queijos, realizou cursos de informática e faz planos de residir na cidade e buscar trabalho na área. Nesse sentido, com uma pessoa a menos na família, as atividades precisam ser reorganizadas e, em sua concepção e de Noemi, o que deveria ser feito é diminuir a quantidade de vacas, para que consigam dar conta da produção de queijo. Entretanto, a ideia de seu esposo é justamente o oposto: aumentar a quantidade de vacas, parar com a produção de queijo e vender o leite, o que as deixa muito tristes, visto que isso, para elas, é retornar ao trabalho convencional e à monocultura, não de grãos, mas de produção de leite em larga escala.

Nos casos de Flaviana e Cleonice, observamos mulheres que se deparam com barreiras que vão sendo impostas pelo pai/marido/filho para a prática da agroecologia. Flaviana, que na primeira entrevista declarou *“hoje eu tomo decisões na propriedade, antes eu não decidia nada”* (FLAVIANA, ENTREVISTA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018), atualmente reside e trabalha no espaço urbano pela decisão do pai de vender a propriedade. Cleonice, que ao dividir a carga de trabalho com o filho passou a ele a principal atividade produtiva da família, com a decisão da saída do filho se vê na iminência de, contra sua vontade, voltar ao modelo convencional de produção em razão da decisão do marido, que afeta não só a sua família, como a de Noemi.

Suélen, atualmente, também trabalha fora da propriedade, dedicando menos tempo para o cultivo agroecológico e para a comercialização, ficando essa função a cargo de seu esposo e tendo seu pai, antes contrário, agora também auxiliando no trabalho. Para ela, o trabalho externo à propriedade rural incrementa a renda e possibilita uma regularidade nos ganhos, já que na agroecologia *“tudo é relativo de mês para mês”*, uma vez que tanto a produção quanto a venda são *“muito variáveis e inseguras”*. A interlocutora explica que sua decisão de voltar para o rural e trabalhar com agroecologia foi uma decepção para o pai, que sempre incentivou que as filhas mulheres *“estudassem e fossem para o mundo”* (SUÉLEN, ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018), em vez de fazer a sucessão

familiar, e que enfrentou muita resistência do pai e do irmão, precisando impor sua decisão do trabalho com a agroecologia.

Entretanto, atualmente, mesmo afirmando *“não sei dizer o que a gente fez”*, enfatiza que o pai e o irmão *“estão mais do meu lado, a gente consegue trabalhar mais junto, meu irmão está mais presente, ele está entendendo mais do meu sistema de produção”*. O pai, além de ajudar no trabalho, agora *“fala que meu irmão devia trabalhar comigo, pois meu irmão a cada tanque de veneno que aplica na soja, por exemplo, chega passando mal”* (SUÉLEN, ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018).

Neste sentido, é possível afirmar que a agroecologia é uma perspectiva que possibilita repensar as relações de gênero e de poder no campo, sendo capaz, em alguns casos, de romper com situações de invisibilização e submissão. No entanto, em diversas situações, as relações patriarcais prevalecem, se impondo de maneira bastante violenta sobre as mulheres e mantendo os papéis sociais de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender as vivências de agricultoras camponesas com a agroecologia, no Sudoeste do Paraná, propondo dialogar sobre as mudanças introduzidas pelas práticas e pelos saberes agroecológicos na vida e na rotina das famílias, em relação ao incremento da diversidade produtiva e alimentar, e acerca das rupturas e continuidades nas relações sociais de gênero.

A agroecologia é uma perspectiva que emerge a partir da crítica ao modelo colonial imperialista hegemônico da agricultura e da alimentação, implantado pelas *plantations* e intensificado pela Revolução Verde. É movimento, ciência e prática que se opõe ao modelo de sociedade patriarcal e racista, propõe reestabelecer as conexões com os agroecossistemas e construir relações mais simétricas entre os gêneros e os povos, reconhecendo a diversidade de territórios, as ontologias e as epistemologias.

O contexto das mulheres agricultoras camponesas retrata pautas advindas de vivências e experiências que são tecidas em suas resistências cotidianas e coletivas, e a agroecologia é uma perspectiva que possui aportes, teóricos e práticos, para repensar essas relações de poder e de dominação no campo.

As interlocutoras trouxeram para a pesquisa as suas histórias de vida, cada uma, a seu jeito e tempo, partilhou experiências, saberes, anseios e inquietações que possibilitaram essa reflexão. Em relação às relações de gênero, as histórias convergem, todas as mulheres são atravessadas por hierarquizações e deslegitimações estruturais do modelo patriarcal.

Os relatos demonstraram que, na maioria dos casos, são as mulheres as maiores entusiastas e as que iniciaram o trabalho com a agroecologia, e quando não são, isso se deve, principalmente, à sobrecarga, em virtude do aumento da jornada de trabalho ocasionada pela produção orgânica, sem a realização da divisão sexual do trabalho na família. De maneira semelhante, quando observamos, na trajetória de uma das interlocutoras, a venda da propriedade rural e a ida da família para o espaço urbano, ou no caso de outra, as preocupações e incertezas causadas

pela iminente saída de um dos sucessores da propriedade e da atividade produtiva, são decisões masculinas que colocam fim à produção agroecológica.

De acordo com as narrativas das mulheres agricultoras camponesas, ocorreram, em alguns pontos, mudanças no âmbito familiar, a partir da adesão a agroecologia. Modificações que resultaram no reconhecimento do trabalho e no protagonismo das mulheres, propiciando maior autonomia e alteraram alguns dos modelos, papéis e expectativas de seus pais, maridos, irmãos, companheiros e filhos. Por sua vez, em grande parte, ainda são os homens que estão nos espaços públicos de comercialização, capacitação técnica e instituições de fomento.

Mudanças relacionadas à maneira de produzir – maior autonomia quanto ao uso de insumos externos, ampliação do conhecimento sobre tecnologias e manejos agrícolas em agroecossistemas, preservação e partilha de sementes crioulas, relação intensa com o território, também foram trazidas pelas mulheres. No que se refere aos alimentos cultivados, houve ampliação da diversidade e melhoria na qualidade, possibilitando o aumento da renda, devido à comercialização externa. Além disso, observamos o incremento de saúde e bem-estar, tanto da família quanto das(os) consumidoras(es), acessando todos um alimento seguro e propiciando segurança e soberania alimentar.

Finalizamos este Trabalho de Conclusão de Curso com a fala de Janete: *“a resistência é lenta, não tão rápido quanto a gente gostaria [...], mas acho que a gente está no caminho”* (JANETE, ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2018), ressaltando que, apesar de o processo não ser tão veloz quanto almejamos e de enfrentar muitos desafios em seu percurso, a agroecologia é uma perspectiva de resistência e que necessita ser implementada e valorizada.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2012.
- AMORÓS, Célia; DE MIGUEL, Ana. **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Madri: Minerva, 2005.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosangela Nasser. A revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de fora, v. 21, p. 43-56, 2007.
- ANGELIN, Rosângela. Mulheres, Ecofeminismo e Desenvolvimento Sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Direito e Política**, Itajaí, SC, v. 9, n. 3, p. 1569-1597, 2014.
- ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 5, p. 151-169, jul./dez. 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set./dez. 2005.
- ASSESOAR, **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL**. Disponível em: <https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-asseoar/>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BELIK, Walter. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BIASE, Laura de. A articulação entre o campesinato e agroecologia: espaços femininos e masculinos. **Cadernos de campo – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n.13, p. 177-199, 2010.
- BONI, Valdete. Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. In: BONI, Valdete; PERON, Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tania Mara (orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017. p. 17–28.
- BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100720/310923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no Sudoeste Paranaense**. 2005. 131f. Dissertação

(Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102721>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, São Paulo, n. 12, p. 6-17, 2012.

CAMPANHOLA, Clayton.; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CAPA – **CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA**. Disponível em: <http://capa.org.br/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: MDA/ SAF, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, Elizabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a agroecologia no Brasil. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 2009.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenoss. Aires: Nueva Visión, 1974.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. As estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná frente à modernização no campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003. **Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia** [...]. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=81&Itemid=171.

ECOVIDA ONLINE. **Quem somos**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em: 05 maio 2021.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, abr./jun. 2017.

FRANÇA, José Geral Eugênio de; GOMES, João Carlos Costa. Prefácio. In: BARBIERI, Rosa Lia; STUMPF, Elizabeth Regina Tempel (orgs.). **Origem e evolução de plantas cultivadas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 11–16.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GILL, Scherto; GOODSON, Ivor. Métodos de história de vida e narrativa. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras livres de Pelotas, RS**: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. Pelotas, 2005. 313p. Tese - (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2005. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v.2, n.1, p. 364 - 368, fev. 2007.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: SciELO Books, 2008.

GUAZZELI, Maria José.; RIBEIRO, Silvia. Novas Tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian (orgs.) **Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UTFPR, 2016.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-52.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, São Paulo, n. 8, p. 1-28, 2006.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1241>. Acesso em: 12 mar. 2021.

JELIN, Elizabeth. Familia y género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 394-413, 1995.

KEMPF, Renata Borges. **A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar.** 2017. 168 f. Dissertação - (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2371>. Acesso em: 12 mar. 2021.

KIYOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema/PR.** 199DC. 149 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 199DC. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10483>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LÉON, Irene. De mujeres, vida y semillas. In: CARVALHO, Horacio Martins (org.). **Semillas: patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad.** Quito: Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – CLOC, 2004.

LINS NETO, Ernani Machado de Freitas Lins; SOUSA JÚNIOR, José Ribamar; CASAS, Alejandro; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. Domesticação de plantas. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (org.). **Introdução a etnobiologia.** Recife: Nupeea, 2014. p. 217–226.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa.** Bogotá-Colombia, n.9, p.73-101 jul/dez, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v.22, n.3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam Cristina da Silva. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea.** Goiânia, Ateliê Geográfico, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008.

MALUF, Renato Sergio, Menezes, Francisco. **Caderno ‘segurança alimentar’.** Acesso em: 13 jul. 2021. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>

MARQUES, Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero; algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. In: BONI, Valdete; PERON, Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tania Mara (orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia.** Curitiba: CRV, 2017. p. 71–88.

MAZOYER, Marcel; LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa,** Bogotá-Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp, 2010. Acesso em: 10 jun. 2021.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008. p. 7–18.

MIGNOLO, Walter. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **IHU online, Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, RS, 431, Ano XIII, nov. de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec. 2010.

MOHR, Matheus Fernando; MOHR, Naira Estela Roesler. A insustentabilidade da agricultura no atual modelo de produção. In: BONI, Valdete; PERON, Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tania Mara de (orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. CRV: Curitiba, Brasil. 2017. p. 147-168.

MOREIRA, Sarah Luíza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, Gloria Patrícia Zuluaga; CATAROCAVARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. **Agroecología em feminino: reflexiones a partir de nuestras experiências**. La Paz: SOCLA, 2018. p. 61-74.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PAULILO. Maria Ignes Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan/abril 2004.

PAULILO. Maria Ignes. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PAULILO. Maria Ignes. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Florianópolis, Departamento de Ciências Sociais – UFSC, n. 2, 1987.

PETERSEN, Paulo. A agroecologia e a superação do paradigma da modernização. IN: NIERDELI, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-104.

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência “norma(l)acho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Pernambuco, ano 8, v. 2, n. 15, p. 25-52 jul./dez. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**, perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, setembro 2005. p. 117-142.

ROCHA, Marilene do Rocio. **A contribuição da agroecologia para o desenvolvimento da agricultura familiar no Litoral do Paraná.** 2013. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/50880>. Acesso em: 6 maio 2021.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas. In: PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiane Graciele; CIMA, Justina Inês (orgs.). **Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia.** Porto Alegre, Rede UNIDA, 2018. p. 32-52.

SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo. 2005. 127 f. **Agricultura e segurança alimentar: uma análise sobre a produção e a disponibilidade de alimentos na América Latina.** Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/257218/1/Sampaio_MariadeFatimaArchanjo_D.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTOS, Roselí Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste Paranaense.** 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente-SP, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105021>. Acesso em 20 abr. 2021.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira.** 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão – PR, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105021>. Acesso em 20 abr. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Cohr; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p. 41–58.

SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde.** Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo. Tradução Luís Humberto Teixeira. Lisboa: Mahatma, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, Ibero-América, n. 9, p. 169-183, 2011.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e

imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde**, Mangueiras, RJ, v. 20, n. 4, p. 1.965-1.711, out./dez., 2013.

SILVA, Emilia Jomalini de Medeiros. Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres: Elementos para o debate. In: LIMA, Aline Alves de. QUEIROZ, Ana Luisa. DORNELAS, Rafaela Silva. SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS: Rio de Janeiro. 2019. p. 42-56.

SOF. Sempre Viva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: SOF, 2016.

SOUSA, Eder Aparecido de. **Atributos de qualidade valorizados pelos consumidores de produtos agroalimentares em cadeias curtas de proximidade espacial**. 2019. 42 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182504>. Acesso em: 20 jul. 2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017.

TECPAR, INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Regulamento para certificação orgânica**. Curitiba: TECPAR, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos/arquivos/3770json-file-1>. Acesso em: 20 jul. 2021.

TOTA, Antônio Pedro. Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 69-76, out./nov./dez. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 10, p. 412-442, 2003.

PLOEG, Jan Dowue van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político – epistémicas de refundar el Estado. **Tábula Rasa**, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 131-152, jul./dez. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DOR, T.; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. **Agron. Sustain. Dev.**, [S. l.], v. 29. p. 503-515, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Dados pessoais

1 - Nome completo

2 - Estado Civil

3 - Idade

4 - Tem filhas e filhos? Quantos? Nome das filhas e dos filhos? Idade?

5 - Escolaridade

6 – Profissão

Relação com a agroecologia

7 - O que é para você a agroecologia?

8 - Que motivos/fatores a levou a aderir a agroecologia?

9 - Qual sua participação nessa tomada de decisão?

10 - Quando iniciou a “conversão” para a agroecologia?

11 - Qual o tamanho/metragem da área de cultivo agroecológico em relação à área de produção convencional?

12 - A produção agroecológica transformou sua relação com a agricultura? Se sim, como?

13 - A produção agroecológica transformou os hábitos alimentares de sua família? Se sim, como?

14 - A produção agroecológica transformou sua relação com o consumo? Se sim, como?

15 - Como você define as relações entre vocês (agricultoras), a agricultura e a natureza?

16 - Essa relação sofreu modificações com a produção agroecológica? Se sim, quais?

17 - Você acredita que a transição agroecológica provocou mudanças na sua qualidade de vida e da sua família? Se sim, quais? Se não, quais?

Organizações e Políticas públicas

18 - Participa de organizações que têm a agroecologia como tema de debate?

18.1 - Se sim, qual/quais? Como essas organizações têm auxiliado para a continuidade do seu trabalho com agroecologia?

18.2 - Se não, por que não participa?

19 - Participa de cooperativa, associação, movimento social, sindicato ou outra organização coletiva formal ou informal? Qual/quais?

20 - Acessa alguma política pública para a produção e/ou venda agroecológica?

20.1 - Se sim, qual? E quais os benefícios dessa política pública?

Produção

21 - Que plantas cultiva na propriedade?

22 - Como são guardadas e multiplicadas as sementes e mudas? (Participam de feiras de trocas de sementes, trocam entre os vizinhos, adquirem em mercados?)

23 - O que é produzido para o autoconsumo da família?

24 - O que é produzido para a comercialização?

25 - Quais os alimentos que a família compra fora (no supermercado, dos vizinhos etc.)?

25.1 - Quais desses alimentos a família produzia e deixou de produzir? Por quê?

26 - Há diferença (no que se produz e na forma como se produz) entre a produção para o autoconsumo e a produção para a venda?

Conhecimentos

27 - De onde provêm os conhecimentos em agroecologia? (São conhecimentos das gerações anteriores? São conhecimentos técnicos?)

28 - Ocorreram transformações na sua vida e da sua família após a adesão à perspectiva da agroecologia?

28.1 - Se sim, quais transformações?

Divisão do trabalho e Participação

29 - Como é feita a divisão do trabalho na casa/terra de vocês?

29.1 - Você considera que há desigualdades entre homens e mulheres na divisão do trabalho? Se sim, qual/quais?

30 - Antes da produção de forma agroecológica, a divisão do trabalho era diferente?

31 - Quantas horas por dia trabalham? Quantos dias por semana?

32 - Quais são as fontes de renda familiar? Que porcentagem da renda geral é de origem agroecológica?

33 - Como é feita a administração e/ou a divisão da renda entre a família?

33.1 - Antes da produção agroecológica, a divisão e a administração da renda da família eram diferentes?

34 - Enquanto mulher, qual é o seu posicionamento em relação às decisões econômicas da família?

35 - Você acredita que a agroecologia aumenta a autonomia/o reconhecimento das mulheres com relação à produção e à renda?

36 - Você acredita que tem aumentado a participação das mulheres nas decisões da casa, da terra e nas entidades representativas nos últimos anos?

36.1 - Se sim, em que aspectos tem aumentado essa participação?

36.2 - Se não, o que as mulheres precisam para possuir um papel mais ativo?

37 - Você acredita que tem aumentado o acesso às informações e às oportunidades de capacitação técnica de produção e de comercialização para as mulheres?

37.1 - Se sim, em que sentido?

37.2 - Se não, o que você acredita ser necessário para o aumento do acesso a informações técnicas de produção e de comercialização para as mulheres?